

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Graduação em Gestão Pública

Gabriel Mattos Ornelas

**AGROECOLOGIA E REGIÕES METROPOLITANAS:
desafios e possibilidades para a gestão local e regional na RMBH.**

Belo Horizonte
2017

Gabriel Mattos Ornelas

**AGROECOLOGIA E REGIÕES METROPOLITANAS:
desafios e possibilidades para a gestão local e regional na RMBH.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão Pública.

Orientadora: Heloisa Soares de Moura Costa
Coorientadora: Daniela Adil Oliveira de Almeida

Belo Horizonte

2017



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Gestão Pública
Belo Horizonte – MG - Avenida Antonio Carlos, 6627 – Campus da UFMG

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO –
TCC**

No dia 12 de dezembro de 2017, reuniu-se a banca examinadora constituída pelos(as) professores(as):

Heloisa Soares de Moura Costa

do Departamento de Geografia e

Carlos Roberto Horta

do Departamento de Ciência Política

para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de Gestão Pública do(a) aluno(a):

Gabriel Mattos Ornelas

Nº de Matrícula

2	0	1	3	0	4	3	2	6	5
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Sob o título: Agroecologia e Regiões Metropolitanas: desafios e possibilidades para a gestão local e regional na R

Aberta a sessão pelo presidente (orientador) da banca, o(a) aluno(a) fez a apresentação do TCC e foi argüido pelos membros da banca que deliberaram pela aprovação (aprovação/reprovação) do TCC e atribuíram a seguinte nota e conceito ao trabalho:

Nota:

100,0

Conceito:

A

Observações da banca (se houver):

Para constar, foi lavrada a presente ata datada e assinada pelos membros da banca:

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2017

HELOISA SOARES DE MOURA COSTA - Heloisa Soares de Moura Costa

Professor(a) orientador(a)

DANIELA ADIL OLIVEIRA DE ALMEIDA - Daniela Almeida

Coorientador(a)

CARLOS ROBERTO HORTA - Carlos Roberto Horta

Professor(a) convidado

Agradecimentos

Ao Grupo Aroeira, pelo primeiro contato com a agroecologia urbana e por todas as trocas dos encontros na Horta Comunitária da Vila Santana do Cafezal e as utopias cultivadas.

Ao Centro de Integração Martinho, pela oportunidade que me deram de trabalhar com educação popular e por reforçarem, todas as terças-feiras, a importância de lutarmos pela justiça social e pela efetivação dos direitos humanos.

À todas/os agricultoras/es, à AMAU e à R.U.A. Metropolitana pela ampliação das conexões entre a agroecologia e o urbano e por todos os debates e práticas que fundamentaram este trabalho.

À Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, pelo suporte e oportunidade de realizar os projetos de extensão e pesquisa sobre agroecologia na RMBH.

Ao curso de Gestão Pública, pelas reflexões e pela formação crítica.

À Heloisa e Maria Luiza, pelas orientações e por todo apoio e confiança.

À Dani, por toda ajuda, aprendizado e inspiração.

À todas as pessoas do AUÊ, por acreditarem na construção horizontal regada com muita alegria e afeto e por contribuírem para minha formação de maneira transdisciplinar, crítica e com compromisso socioambiental.

À todas as vivências e as pessoas queridas de Recife que ampliaram minhas perspectivas e me aproximaram de diversas lutas sociais.

Ao Geraldo, pelo incentivo a uma vida mais saudável com respeito à natureza.

À todas amigas e amigos, por me tornarem uma pessoa melhor e por acreditarem em novas relações emancipadoras.

Ao Igor, pelo companheirismo, amizade e amor transformador.

Às mulheres da minha vida, minhas irmãs/amigas Brígida e Ornela, e minha mãe Elenir, por todo apoio, aprendizado e afeto incondicional.

E à todas as pessoas que cultivam e valorizam a vida em toda a sua diversidade.

Gratidão!

Resumo

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre o potencial transformador da agroecologia para reestruturação dos sistemas agroalimentares na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Para tanto, os desafios e possibilidades para a gestão pública local e regional serão analisados a partir das ações e demandas da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - AMAU, da Rede Urbana de Agroecologia - R.U.A. Metropolitana e dos resultados dos trabalhos de extensão, pesquisa e ensino do AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana, vinculado ao Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. As ações, metodologias e instrumentos elaborados na interação entre as organizações da sociedade civil, a universidade e o poder público apresentam-se como uma possibilidade de articular a agroecologia com as dimensões socioambientais, políticas e econômicas na RMBH, além de inspirar o aprimoramento da gestão pública local e regional.

Palavras-chave: Agroecologia. Agricultura Urbana. Redes. Políticas Públicas. Gestão Metropolitana.

Resumen

Este trabajo presenta una reflexión sobre el potencial transformador de la agroecología para la reestructuración de los sistemas agroalimentarios en la Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Para ello, los desafíos y posibilidades para la gestión pública local y regional serán analizados a partir de las acciones y demandas de la Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - AMAU, de la Rede Urbana de Agroecologia - R.U.A. Metropolitana y de los resultados de los trabajos de extensión, investigación y enseñanza del AUÉ! - Estudos em Agricultura Urbana, vinculado al Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Las acciones, metodologías e instrumentos elaborados en la interacción entre las organizaciones de la sociedad civil, la universidad y el poder público se presentan como una posibilidad de articular la agroecología con las dimensiones socioambientales, políticas y económicas en la RMBH, además de inspirar el perfeccionamiento de la gestión pública local y regional.

Palabras clave: Agroecología. Agricultura Urbana. Redes. Políticas Públicas. Gestión Metropolitana.

Lista de Ilustrações

Figura 1. Mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte.	22
Figura 2. Ações da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana.	52
Figura 3. Ações da Rede Urbana de Agroecologia Metropolitana - R.U.A. Metropolitana.	56

Lista de Tabelas

Tabela 1. Principais leis, decretos e emendas constitucionais relacionados ao enfoque agroecológico, à produção orgânica e ao fortalecimento da agricultura familiar camponesa nas políticas públicas no âmbito federal e estadual.	31
Tabela 2. Principais ações e eventos que marcaram a incorporação da agricultura urbana na agenda das políticas públicas no âmbito nacional.	37

Lista de Abreviaturas e Siglas

- ABA:** Associação Brasileira de Agroecologia
- AMA:** Articulação Mineira de Agroecologia
- AMAU:** Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana
- ANA:** Articulação Nacional de Agroecologia
- APP's:** Áreas de Proteção Permanente
- ARMBH:** Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte
- ASA:** Articulação no Semiárido Brasileiro
- AS-PTA:** Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
- ATER:** Assistência Técnica e Extensão Rural
- AUÊ!:** Grupo de Estudos em Agricultura Urbana
- AUP:** Agricultura Urbana e Periurbana
- CAAUP's:** Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana
- CCF:** Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro
- CAISAN:** Câmara Interministerial de Segurança Alimentar
- CAUP-RMBH:** Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte
- CEASAMINAS:** Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
- CEB:** Comunidades Eclesiais de Base
- CEPAGRO:** Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
- CEVAE:** Centro de Vivência Agroecológica
- CF:** Constituição Federal
- CLADES:** Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
- CM:** Caracterização e Mapeamento
- CNAU:** Coletivo Nacional de Agricultura Urbana
- CNPQ:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONSEA:** Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
- CPT:** Comissão Pastoral da Terra
- CRFS:** City Region Food System
- CTA's:** Centros de Tecnologias Alternativas
- DHAA:** Direito Humano à Alimentação Adequada
- EBAAS:** Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENA: Encontro Nacional de Agroecologia

ENAU: Encontro Nacional de Agricultura Urbana

EPAMIG: Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

ERÊ: Encontro Regional de Agroecologia

FACE: Faculdade de Ciências Econômicas

FAO: Organização das Nações Unidas para para a Alimentação e a Agricultura

FBSSAN: Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

FMSA: Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

GEP: Grupo Executivo Permanente

GTAU: Grupo de Trabalho da Agricultura Urbana

IGC-UFMG: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ITER-MG: Instituto de Terras de Minas Gerais

ITR: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

LOSAN: Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCTI: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social

MEC: Ministério da Educação

MG: Minas Gerais

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MZ-RMBH: Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

NEA: Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PBH: Prefeitura de Belo Horizonte

PDDI-RMBH: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PEAPO: Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica

PGU-ALC: Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe

PEAU: Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana

PLANAPO: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PLANSAN: Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PMISAN: Política Metropolitana Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNATER: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNAUP: Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana

PNSAN: Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF: Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimento Familiares Rurais

PRONATER: Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

PTA-FASE: Projeto Tecnologias Alternativas - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

R.U.A. Metropolitana: Rede Urbana de Agroecologia

REDE: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte

RUAF: Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security

SAN: Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISORG: Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica

SPG: Sistema Participativo de Garantia

SSAN: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

Sumário

INTRODUÇÃO	11
1. O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA E A METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL	13
2.1. As questões socioambientais nas metrópoles	16
2.2. Os desafios da gestão metropolitana	18
2. A REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	22
3. AGRICULTURAS: MODELOS, DISPUTAS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	26
3.1. A modernização e a mercantilização da agricultura	26
3.2. O movimento agroecológico	29
3.3. A agricultura urbana: práticas diversas e conceito em construção	36
4. A QUESTÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	42
5. REDES DE AGRICULTURA URBANA E AGROECOLOGIA NA RMBH	48
5.1. Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - AMAU	49
5.2. Rede Urbana de Agroecologia - R.U.A. Metropolitana	54
5.3. Desafios e Possibilidades	58
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
8. APÊNDICES	79
9. ANEXOS	81

INTRODUÇÃO

A questão agrícola nas metrópoles tem ganhado visibilidade no cenário nacional e internacional, reforçando a importância da produção, oferta e acesso a alimentos saudáveis. A construção de sistemas agroalimentares para alimentação da população de grandes centros urbanos e de regiões metropolitanas exige uma abordagem complexa e sistêmica, pois engloba diferentes relações indissociáveis entre a sociedade, o ecossistema, o indivíduo, a cultura, a política e a economia.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão sobre o potencial transformador da agroecologia para reestruturação dos sistemas agroalimentares na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Para tanto, os desafios e possibilidades para a gestão pública local e regional serão analisados a partir das ações e demandas da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - AMAU, da Rede Urbana de Agroecologia - R.U.A. Metropolitana e dos resultados dos trabalhos de extensão, pesquisa e ensino do AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana, vinculado ao Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Nesse sentido, vou apresentar algumas reflexões a partir do meu envolvimento como integrante e bolsista do grupo AUÊ! e como ativista do movimento de agroecologia urbana.

A metodologia que orienta a análise do trabalho é transdisciplinar e relaciona o campo da gestão pública com as ciências socioambientais, a geografia, a agroecologia, o urbanismo, dentre outras áreas do conhecimento. Os procedimentos utilizados para a pesquisa foram: revisão bibliográfica; levantamento histórico e análise documental; caracterização e mapeamento das agriculturas; sistematização dos projetos de extensão do AUÊ!; e visitas de campo.

No primeiro capítulo será apresentado o processo de expansão urbana e de metropolização a partir da lógica urbano-industrial, bem como os principais problemas ambientais nas metrópoles brasileiras. Na sequência, os desafios da gestão metropolitana serão analisados a partir dos impactos do federalismo na gestão local e regional e na implementação de políticas públicas.

Após esse panorama, o capítulo dois tem o objetivo de contextualizar a RMBH a partir das dinâmicas do capital industrial e imobiliário e dos conflitos socioambientais. Além disso, será apresentado o arranjo institucional de gestão e planejamento da RMBH.

No capítulo três, a agricultura será analisada em relação aos modelos de produção, às disputas e à institucionalização de políticas públicas. Inicialmente, serão apresentados os impactos da industrialização da agricultura e depois serão contextualizados os surgimentos dos movimentos de agroecologia e agricultura urbana. Já a questão agrícola na RMBH será problematizada no quarto capítulo, relacionando a invisibilidade da agricultura com o processo de expansão urbana, a metropolização e a ausência de uma gestão local e regional.

Por fim, será analisada a incidência política da AMAU e da R.U.A. Metropolitana para construção de uma agenda de agroecologia na RMBH, envolvendo as dimensões socioambientais, políticas e econômicas. As metodologias e instrumentos elaborados na interação entre as organizações da sociedade civil, a universidade e o poder público apresentam-se como uma possibilidade de fortalecimento e promoção da agroecologia, bem como uma inspiração para o aprimoramento da gestão pública local e regional.

1. O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA E A METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL

As metrópoles brasileiras apresentam desde o início da década de 1970 um processo acentuado de urbanização desigual e excludente, associado a um contínuo crescimento demográfico e espacial. Esse processo encontra-se diretamente relacionado aos conflitos e negociação entre a indução estatal, a dominação do capital industrial e imobiliário sobre os meios de produção e os setores organizados da sociedade. Tem-se caracterizado nessas metrópoles um padrão socioespacial definido pelo arranjo centro-periferia, constituído por regiões centrais mais valorizadas com investimentos públicos e uma crescente concentração de atividades econômicas. Por outro lado, nas regiões periféricas predominam a exclusão e a precariedade socioambiental e espacial para a população trabalhadora (UFMG, 2014).

Essa dinamização e as transformações das regiões metropolitanas brasileiras ocorreram a partir da lógica urbano industrial na produção do espaço. A industrialização que dominou a “cidade industrial” descrita por Lefebvre (1999) é marcada pela produção e reprodução do capitalismo industrial no espaço e no centro do poder. Ou seja, a cidade e suas fábricas passaram a transformar as matérias primas e a produção do campo, agregando valor em formas e quantidades para a comercialização. Essa produção ocorreu no centro do espaço do poder com a provisão estatal de leis para garantir as relações de propriedade privada e livre circulação de mercadorias, resultando na concentração do mercado e nas aglomerações humanas, principalmente da classe trabalhadora, o proletariado (Monte-Mór, 2006).

A cidade industrial apresentou, de acordo com a análise de Lefebvre (1999) no contexto europeu, processos de implosão e explosão. O adensamento e o crescimento na centralidade têm se caracterizado, portanto, como o processo de implosão da cidade nos anos de 1980 sobre si mesma. Já a extensão do tecido urbano para seu entorno e para a periferia da cidade é denominada processo de explosão da cidade no espaço regional. Essa explosão carrega consigo a provisão estatal das condições gerais de produção para urbanização industrial –

investimentos em infraestrutura básica e serviços para o capital e a reprodução da força de trabalho, transporte e comunicações, garantia dos meios de consumo coletivo, entre outros (Monte-Mór, 2006).

De acordo com Monte-Mór (ibid.) o espaço urbanizado é constituído pelas reivindicações colocadas ao Estado em atendimento às demandas da produção industrial e à reprodução social e da força de trabalho. As cidades grandes vão se estendendo sobre as periferias para atender as indústrias e suas necessidades gerando as metrópoles. Segundo Santos (1994) as regiões metropolitanas surgem como saída para viabilizar e fazer prevalecer a reprodução do capital, criando atividades e espaços exclusivos para as classes sociais e utilizando o planejamento urbano para responder às necessidades emergentes de ampliação do capital e para incorporar novas condições de produção e de circulação mais rápida das mercadorias.

No Brasil foram criadas oito regiões metropolitanas durante a ditadura militar em 1973. Destaca-se nesse período o I Plano Nacional de Desenvolvimento que, dentre outras medidas, recomendava a criação de regiões metropolitanas. Essas regiões surgiram para solucionar problemas derivados da ausência de uma gestão regional para as questões urbanas e econômicas, sendo um espaço produtivo relevante para o mercado (Gouvêa, 2005).

Na atualidade, pode-se identificar nos espaços metropolitanos uma produção e reprodução do capital no espaço constituído hegemonicamente pela lógica imobiliária privada, principalmente no investimento em parcelamento do solo. A partir de meados dos anos 2000 e nos anos seguintes, as metrópoles brasileiras apresentaram mudanças como, por exemplo, a disseminação de “condomínios fechados” - empreendimento imobiliário de loteamento para classes médias e altas. A produção do espaço através da constituição desses empreendimentos configura-se como novas periferias e complexifica a questão espacial das regiões metropolitanas. Essa complexidade resulta também da diminuição do crescimento demográfico nas áreas centrais. Deste modo, a elevação do preço da terra ocasiona

o aumento do crescimento das periferias pelo mercado imobiliário formal e principalmente pelo adensamento dos espaços informais (UFMG, 2014).

Nesse contexto, a delimitação entre espaços urbanos e rurais se apresenta bastante difusa nas regiões metropolitanas devido à integração gerada pela expansão urbana industrial e pela dinâmica do capital imobiliário. Desde o final do século XX, os territórios metropolitanos não se encontram representados mais pela clássica dicotomia cidade-campo ou urbano-rural. De acordo com Almeida:

a ampliação da escala da metropolização pela extensão fragmentada e dispersa do tecido urbano intensifica a integração dos lugares e espaços rurais com o núcleo metropolitano, alterando suas lógicas de reprodução social e organização espacial. O rural se urbaniza pela chegada da indústria (incluindo a agroindústria) e outras formas de extensão das condições gerais de produção, pela difusão de hábitos de consumo de produtos industriais, pela associação do rural ao espaço “natural” como um objeto de desejo e de consumo (2016, p. 203).

Esse processo de extensão do tecido urbano sobre espaços rurais também pode ser compreendido a partir dos instrumentos do planejamento urbano. As alterações dos zoneamentos dos municípios e a ampliação dos perímetros urbanos convertem áreas rurais em urbanas e estão comumente relacionadas às pressões do mercado imobiliário. O preço da terra das áreas rurais é menor e quando altera-se para usos urbanos, através de loteamentos, é significativamente elevado. Destaca-se também o papel das administrações e das câmaras municipais em conjunto com a iniciativa privada para viabilizar as alterações, garantindo a valorização imobiliária (Tomanik, 2017).

A compreensão do papel dos agentes da dinâmica imobiliária e dos mecanismos de valorização da terra e apropriação da renda fundiária é fundamental para relacionar o processo de produção do espaço à manutenção e acirramento das desigualdades. De acordo com Costa e Mendonça:

as manifestações das desigualdades socioespaciais – periferias, favelas, etc - deixaram de ser vistas como “um corpo doente”, um resultado inesperado da “migração excessiva”, um “crescimento desordenado das cidades”, para serem compreendidas como partes integrantes da lógica socioespacial do capitalismo periférico, que tem nas metrópoles cada vez mais estendidas, sua mais contundente expressão espacial (2012, p. 3).

A mudança no uso do solo a partir do zoneamento ou ampliação do perímetro urbano, sem levar em consideração as características e as fragilidades locais, pode

provocar, além das desigualdades socioespaciais, problemas ambientais e conflitos socioeconômicos. Geralmente, a expansão urbana pressiona e transforma áreas agrícolas, áreas de preservação permanente ou próximas a cursos d'água (Simões e Oliveira, 2009).

2.1. As questões socioambientais nas metrópoles

A intensificação do processo de expansão urbana industrial tem aumentado a percepção das questões ambientais no contexto metropolitano. De acordo com Jacobi (2010), a lenta resolução dos problemas ambientais e a ampliação do modo de produção industrial têm trazido consequências como a redução de áreas verdes e o aumento de enchentes, a maior dificuldade na gestão dos resíduos sólidos, o agravamento dos efeitos da poluição do ar na saúde e a contaminação e degradação dos recursos hídricos, constituindo um complexo campo de conflitos ambientais¹.

Os problemas ambientais urbanos são interdependentes e atingem indiretamente todos os segmentos da população urbana. Porém, é a população em situação de vulnerabilidade social que mais sofre com as suas consequências, configurando um processo de Injustiça Ambiental, além das dificuldades de acesso à habitação, ao saneamento básico, à educação, ao transporte e à saúde, entre outros (Silva e Travassos 2009).

A Injustiça Ambiental é caracterizada por Leroy (2011) como “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis”. Em contraponto, a Justiça Ambiental caracteriza-se pelo conjunto de princípios e práticas que “asseguram acesso justo e

¹ De acordo com Zhouri e Laschefski (2010), as três modalidades de conflitos ambientais são: “(a) os distributivos, derivados das desigualdades sociais no acesso e na utilização dos recursos naturais; (b) os espaciais, engendrados pelos efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais; (c) e os territoriais, relacionados à apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais” (p. 5). É importante mencionar que na prática, esses conflitos podem ocorrer em simultaneidade a partir de uma dinâmica dialética.

equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país” e “a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso”.

Nesse contexto, faz-se necessário adotar agendas voltadas para a construção de cidades social e ambientalmente sustentáveis, buscando uma gestão compartilhada, a intersectorialidade das ações desenvolvidas e o aumento de informações e de canais abertos de participação. Essas ações são fundamentais para mitigar e reduzir os riscos ambientais, principalmente nas populações mais vulneráveis, e a pressão sobre os recursos naturais, em especial os hídricos e a terra. Além disso, de acordo com Jacobi (2006), é importante formular políticas socioambientais em nível metropolitano na perspectiva de uma gestão compartilhada com ênfase na co-responsabilização e na constituição de consórcios intermunicipais.

Contudo, o desafio é muito grande, levando em consideração a ampliação do modo de produção industrial² e o aumento da desigualdade social (Silva e Travassos, 2009). Outros desafios relevantes para a gestão ambiental são as seguintes hegemonias políticas e socioeconômicas consolidadas:

- (i) A democracia liberal capitalista como sistema em que prevalece a lógica econômica, e a política se torna um problema apenas administrativo; (ii) as leis de mercado como instrumento de regulação das relações sociais; (iii) a governança como instrumento de mitigação dos conflitos sociais; (iv) a prioridade lexical da propriedade e do individualismo como valores morais; (v) uma ciência “normal” baseada na objetividade e na neutralidade que sistematicamente desconsidera a complexidade, contextos, valores e incertezas, e dessa forma se integra mais facilmente às demandas regulatórias do mercado (Porto, Schütz, 2012, p.3).

Tendo em vistas esses problemas e desafios, bem como a necessidade de se estabelecer uma gestão socioambiental partilhada e participativa³, é importante

² Em seu livro “Introdução à Crítica da Ecologia Política”, Jean Pierre Dupuy (1981) elabora uma crítica radical à sociedade capitalista e ao aumento do modo de produção industrial como resposta à crise ecológica. Este autor entende que este modelo econômico seria “fetichista” por se apresentar como uma solução para as questões sociais. Contudo, é um modo de produção altamente destrutivo e predatório e ocasiona o aumento das desigualdades sociais e a degradação ambiental. Dupuy sugere investir em outras formas de associação e produção que revertesse a heteronomia (alienação e mercantilização) e incentivasse a autonomia, como o cooperativismo, autogestão e a solidariedade.

³ A perspectiva de participação adotada neste trabalho fundamenta-se no projeto democratizante e na “partilha efetiva do poder” entre Estado e sociedade civil. De acordo com Dagnino (2004), é importante compreender qual noção de participação está por trás dos discursos. O sentido de participação no projeto neoliberal adota a perspectiva privatista, individualista e é despida de seus significados políticos, capaz de substituir e redefinir o significado coletivo da participação social. No projeto neoliberal as questões como pobreza e desigualdade são tratadas sob o ângulo de gestão

refletir sobre as possibilidades de uma gestão metropolitana desconcentrada e cooperativa de maneira interinstitucional.

2.2. Os desafios da gestão metropolitana

Inicialmente, é importante compreender os impactos do federalismo na gestão local e regional e nas políticas públicas, a partir das análises dos modelos federalistas e dos limites entre competição e cooperação. Federalismo é como são chamados os arranjos institucionais e as relações, estabelecidas e reguladas, entre os entes federados e o governo central. Esse sistema político é importante na vida política dos Estados – “seja na representação política, na governabilidade ou na produção de políticas públicas”, mas “as políticas públicas também importam e podem gerar efeitos sobre as relações federativas” (Abrucio e Franzese, 2007).

O federalismo competitivo é caracterizado pela distribuição de competências entre os níveis de governo, com base na divisão de responsabilidades por área de política pública. Esse modelo visa preservar a autonomia na produção de políticas e na fixação de diferentes valores de tributação, favorecendo a competição entre as unidades federativas. Já no modelo cooperativo, “as instituições políticas incentivam os atores territoriais a colaborarem, dividindo os poderes entre eles funcionalmente e prevendo tarefas a serem executadas conjuntamente” (ibid., p.5).

Portanto, são as regras definidas pelo modelo federalista que estabelecem a representação das unidades federativas em arenas decisórias, a autonomia política, as competências específicas, a distribuição de recursos tributários e fiscais, as áreas de atuação e elaboração de políticas públicas por níveis de governo que impactam os processos de formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação das políticas públicas (ibid.).

O federalismo brasileiro foi redefinido pelas Constituição Federal (CF) de 1988, reestabelecendo o pacto federativo e as diretrizes de políticas sociais no país –

técnica ou filantrópica, retirando o debate político sobre a responsabilidade estatal, justiça, igualdade e cidadania.

estados, municípios e a União. Esse modelo teve forte influência do processo de redemocratização, estabelecendo um governo descentralizado, conferindo autonomia aos governos subnacionais e definindo diretrizes de políticas sociais de acesso universal. Entretanto, o sistema federativo brasileiro estruturou-se na competitividade e compartimentação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (Abrucio, Franzese, 2007).

Um dos aspectos advindos da CF de 1988 foi o municipalismo autárquico que incentivou a criação de governos locais para resolver todos os dilemas (Gonçalves, Marra, 2012). Todavia, a autonomia municipal se deparou por um lado com empoderamento das forças locais, por outro lado com vários problemas como, por exemplo, a baixa capacidade fiscal, financeira e institucional dos municípios, incluindo-se os problemas sociais e a dificuldade de executar uma política urbana (Fernandes, 2012).

Nesse sentido, de acordo com Abrucio (2006) é importante instituir mecanismos constitucionais que induzam a cooperação e estimulem a coordenação em um cenário de desigualdades econômicas, técnicas e de gestão entre os entes federados no Brasil que acarretam diferenças na implementação das políticas públicas.

Na CF de 1988 as regiões metropolitanas passaram a ser legisladas pelos estados⁴. Porém, mesmo com a criação dessas regiões não se resolve os problemas urbanos e socioambientais, pois são necessários institutos e normas que regularizem sua atuação e a competência dessas instâncias na gestão pública. A legislação do estado acerca das regiões metropolitanas também não pode ser centralizada e precisa ser integrada e cooperada com os municípios e a sociedade civil no âmbito regional. Alguns instrumentos podem auxiliar a organização de processos cooperativos como o convênio e o consórcio, mas para efetivação desses processos é necessário vontade política municipal e estadual (Gonçalves, Marra, 2012).

⁴ Art. 25 § 3º CF/88 - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Segundo Fernandes (2012), destacam-se algumas questões críticas para evolução institucional: a primeira é a importância de um marco legal; a segunda diz respeito ao apoio dos governos estaduais na organização da região metropolitana e de uma política de agregação intermunicipal metropolitana, visto que na maioria das vezes os estados não estão dispostos a dispensar recursos para as regiões metropolitanas ou a ajudar a constituir fundos específicos; a terceira está relacionada com as formas de cooperação intermunicipal, pois o município núcleo provido de infraestrutura e serviços geralmente não está disposto a arcar mais em relação aos menores na organização metropolitana; e a importância de se estabelecer limites na criação de regiões metropolitanas uma vez que ocorreu a proliferação de regiões metropolitanas no país, após a CF de 1988, criadas sem a justificativa de uma dimensão populacional ou econômica regional. Além disso, Fernandes aponta cinco elementos que são fundamentais hoje na gestão metropolitana: Conselho Metropolitano, Agência Metropolitana, Fundo metropolitano, Legislativo Metropolitano e Consórcio Metropolitano.

No que tange o marco legal brasileiro, o Estatuto da Metrópole, Lei n  13.089/2015 (Brasil, 2015), tem o objetivo de estabelecer regras e mecanismos de funcionamento e financiamento, capazes de auxiliar na organiza o metropolitana e governança interfederativa. Também estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execu o das fun es públicas de interesse comum, principalmente por meio da do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (S , Carvalho, Barbosa, Barsch, Filho, 2017).

Contudo, apesar da vigência do Estatuto da Metrópole, existem diversas dificuldades para o planejamento, gestão e execu o como, por exemplo, o problema da competi o entre as unidades federativas vivenciado na política brasileira. Segundo Maricato (2000)   importante refletir sobre a eficácia de instrumentos urbanísticos legais, pois historicamente existem diversos exemplos da "falência" das leis que contrariam interesses econômicos. Outro desafio   a consolida o do direito  

cidade⁵ para todas e todos devido à degradação ambiental e às desigualdades socioeconômicas internas e entre algumas cidades. Assim, de acordo com Gonçalves e Marra, a gestão metropolitana desconcentrada, cooperativa e interinstitucional deve ser compreendida como um direito coletivo e:

Um aspecto que deve evoluir, no que tange às regiões metropolitanas, é a idéia de que essas existem para a realização de serviços comuns, pois o que deve ser primado na gestão cooperativa é o interesse público, aplicado de acordo com a realidade de cada município e visando o benefício de toda a comunidade envolvida, solidariamente. O interesse público é o interesse de todo o conjunto social, que é diferente da soma do interesse individual de cada um. Essa diferença deve ficar clara para evitar conflitos que possam surgir no desenvolvimento da gestão. A efetivação do interesse público é um compromisso da administração pública e um direito dos cidadãos. Dessa forma, se somente através da cooperação alguns municípios poderão efetivar o interesse público, cooperar deixa de ser uma faculdade e passa a ser uma obrigação, cabendo aos municípios e ao estado escolher qual a melhor forma de atuar coletivamente (2012, p. 171).

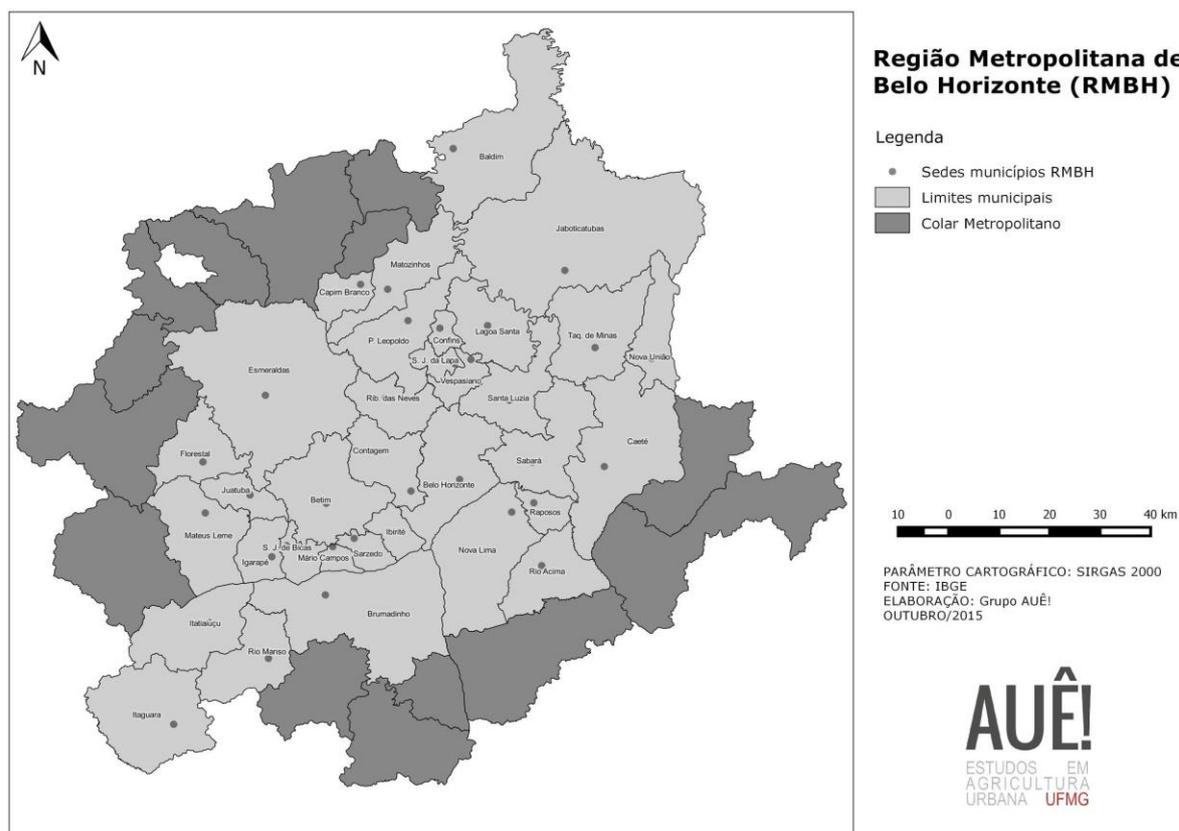
A partir dessas discussões gerais sobre o processo metropolização, os desafios socioambientais e de gestão das metrópoles brasileiras, o próximo capítulo se aprofundará na contextualização das questões políticas, socioeconômicas e ambientais da Região Metropolitana de Belo Horizonte para que se possa compreender suas especificidades.

⁵ A noção de direito à cidade está fundamentada no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001, art. 2, § 1º) e na perspectiva lefebvriana que considera o direito à cidade como luta política de afirmação das diferenças frente ao modo de produção capitalista, prevalecendo a apropriação e uso do espaço pelas pessoas e a restauração da cidade como obra coletiva da cidadania (Lefebvre, 2011).

2. A REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é a terceira maior região metropolitana do Brasil. É composta por 34 municípios⁶, além de 16 municípios que compõem o Colar Metropolitano⁷, com características sociais, ambientais e econômicas distintas. Sua população, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 é de 4.833.970 habitantes, o que representa 24,92% da população total do Estado de Minas Gerais (UFMG, 2014).

Figura 1. Mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte.



Fonte: AUÊ! – Estudos em Agricultura Urbana – UFMG, 2015.

⁶ A RMBH é constituída pelos seguintes municípios: Baldirn, Jaboticatubas, Matozinhos, Capim Branco, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa, Confins, São José da Lapa, Taquaraçu de Minas, Nova União, Vespasiano, Santa Luzia, Sabará, Caeté, Esmeraldas, Ribeirão das Neves, Contagem, Belo Horizonte, Raposos, Nova Lima, Rio Acima, Betim, Ibitiré, Sarzedo, Mateus Leme, Florestal, Juatuba, São José das Bicas, Mário Campos, Igarapé, Brumadinho, Rio Manso, Itatiaiuçu e Itaguara.

⁷ Especialmente trata-se de municípios contíguos ao conjunto de municípios que compõem a RMBH. São eles: Funilândia, Prudente de Moraes, Sete Lagoas, Inhaúma, Fortuna de Minas, São José da Varginha, Pará de Minas, Itauna, Bom Jesus do Amparo, Barão de Cocais, São Gonçalo do Rio Abaixo, Santa Bárbara, Itabirito, Bonfim, Moeda e Belo Vale.

A estrutura territorial da RMBH é excessivamente concentrada em Belo Horizonte e o processo de expansão urbana é disperso e fragmentado com desigualdade socioambiental e econômica, conforme a tendência nacional. Na década de 1970 ocorreu o processo de crescimento industrial na RMBH associado à valorização fundiária e ao planejamento metropolitano, promovendo a especialização funcional de determinados espaços e a expansão urbana por meio de investimentos públicos notadamente em infraestrutura viária e econômica e do parcelamento do solo pelo capital imobiliário privado. A região norte foi impulsionada pelo complexo turístico-urbanístico da Pampulha e pela localização industrial em municípios como Santa Luzia e Vespasiano. Já na região oeste se consolidou o eixo industrial, abrangendo Contagem e Betim e em processo de expansão ao longo da BR-381. Nessa fase se iniciam os impactos da produção de loteamentos nas regiões periféricas, ocasionando um complexo passivo sócio-urbanístico e ambiental (Costa e Mendonça, 2012).

A partir da década 1990, ocorre a diminuição da intensidade e distribuição do crescimento populacional na RMBH. As taxas de crescimento nas áreas centrais diminuem e ocorre o aumento demográfico nas periferias através da ocupação e adensamento das áreas parceladas. Assim, nas últimas duas décadas, a estrutura socioespacial da RMBH tem se caracterizado por uma contínua elitização dos espaços centrais e pericentrais (os condomínios de maior renda exclusivamente residenciais e fechados) e pelo adensamento das áreas periféricas a norte e a oeste devido a expansão do mercado empresarial de produção de moradias de baixa renda (Costa e Mendonça, 2012).

Esse cenário provoca desigualdades socioespaciais, conflitos ambientais e disputas territoriais, complexificando o planejamento e a gestão metropolitana. Os conflitos têm se agravado entre os diversos usos do solo, como: o parcelamento extensivo, habitação, usos agrícolas, exploração minerária e dos setores metalúrgico e siderúrgico, áreas de preservação permanentes, dentre outros. Os estudos sobre a produção do espaço na RMBH apontam também: o aumento das desigualdades socioespaciais; piora nas condições de mobilidade urbana; concentração da oferta de serviços e de empregos no núcleo central de Belo Horizonte; grande vacância

domiciliar e fundiária; dispersão e fragmentação do tecido urbano; e a deterioração dos recursos ambientais, principalmente a intensa degradação da qualidade das águas (UFMG, 2014).

No que tange a gestão metropolitana, a RMBH foi inovadora na criação de um arranjo institucional para gestão e planejamento, vinculado ao Estado, que se apresenta como um esforço para o incentivo da cooperação interinstitucional (Minas Gerais, 2006). Os atuais órgãos de gestão são representados pela Assembléia Metropolitana e o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano; a Agência Metropolitana é o órgão de suporte técnico; e os instrumentos de planejamento e suporte financeiro são atribuídos, respectivamente, ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e ao Fundo de Desenvolvimento Metropolitano.

Esse arranjo institucional de gestão e planejamento propicia a realização de audiências públicas, fóruns e conferências nos municípios da RMBH, estimulando a participação da sociedade civil. Além da cooperação de universidades na formação de debates e projetos. (Gonçalves e Marra, 2012).

Em 2009, a Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - e posteriormente a Agência de Desenvolvimento da RMBH (ARMBH) - assumiu a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH (PDDI-RMBH) e, em 2013, o Projeto do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH) – estudos⁸ realizados através da contratação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Um dos objetivos dos estudos tem sido apresentar um conjunto de propostas para implementar uma estratégia de ‘descentralização concentrada’, resultando na contenção da extensão da mancha urbana sobre as áreas verdes, rurais e ambientalmente protegidas; além do adensamento e da intensificação do uso dos espaços internos e no entorno das demais centralidades regionais (UFMG, 2011).

Ou seja, esses projetos apontam para a concepção de que todo planejamento urbano, particularmente o da RMBH, deve ser tomado como ação política participativa e transdisciplinar no tempo e no espaço, abrangendo outros atores

⁸ Mais informações estão disponíveis em: <http://www.rmbh.org.br/>.

sociais para além do Estado. A incorporação das demandas sociais vislumbra a elaboração de políticas públicas comprometidas com o ordenamento socioespacial e ambiental do espaço metropolitano na medida em que a cidade se constitui como direito. Nesse sentido, a proposta de um macrozoneamento metropolitano, “mostrase necessária para controlar a expansão da área urbana dos municípios, sobretudo daqueles que despertam maior interesse no mercado imobiliário e que sofrem pressão pela ampliação de seu perímetro urbano” (Tomanik, 2017).

Atualmente, a questão agrícola na RMBH tem ganhado visibilidade a partir da mobilização da sociedade civil e da incorporação dessa temática em pesquisas e projetos que refletem sobre a importância da produção, oferta e acesso da população metropolitana a alimentos saudáveis⁹. Há também uma trajetória recente no planejamento metropolitano de incorporação do uso agrícola do solo em propostas de reestruturação territorial da RMBH, orientadas à contenção da expansão da mancha urbana, bem como à proposição de alternativas econômicas mais sustentáveis para os municípios da região (Almeida, Melgaço, 2015). Os próximos capítulos têm o objetivo de aprofundar nesse debate para compreender os modelos e arranjos das agriculturas no Brasil e a questão agrícola na RMBH.

⁹ No cenário internacional, destaca-se a abordagem denominada City Region Food Systems (CRFS). Mais informações estão disponíveis em: <http://www.ruaf.org/sites/default/files/CRFS_brief_FAO_RUAF_GIZ%20%28Portuguese%29_1.pdf>

3. AGRICULTURAS: MODELOS, DISPUTAS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Antes de aprofundar na discussão sobre as agriculturas em contextos metropolitanos, especificamente na RMBH, esse capítulo tem o objetivo de refletir sobre os diferentes modelos e arranjos de agriculturas, bem como sobre as políticas públicas brasileiras direcionadas para este setor. No entanto, não se pretende trazer uma revisão aprofundada do processo histórico de mudanças no sistema de produção agrícola e sim focar alguns impactos que marcaram a transformação capitalista da agricultura, o movimento agroecológico e de agricultura urbana e as dinâmicas de institucionalização.

No primeiro capítulo foi analisado como a lógica urbana-industrial transformou as cidades e as metrópoles, materializando-se na morfologia e no ambiente construído da malha urbana. A proposta desta próxima seção é analisar como as atividades agrícolas foram impactadas pelo modo de produção industrial.

3.1. A modernização e a mercantilização da agricultura

O processo de modernização da agricultura, denominado “revolução verde”, foi iniciado no final do século XIX e estabeleceu um sistema convencional de agricultura estruturado na mecanização agrícola, no incentivo ao uso de agrotóxicos¹⁰ e fertilizantes químicos na produção. De acordo com Gliessman (2005), além da maximização da produção e do lucro, o sistema convencional apresenta seis práticas básicas: a monocultura, o cultivo intensivo do solo, a irrigação, o uso de fertilizantes sintéticos, o controle químico de pragas e ervas adventícias e a manipulação de genomas de plantas.

No entanto, esse sistema de produção tornou-se insustentável devido a degradação dos recursos naturais essenciais para a prática agrícola (água, o solo e a

¹⁰ Diversas pesquisas mostram o trágico impacto do uso de agrotóxicos para as/os agricultoras/es, as/os habitantes próximos às áreas de cultivo e as/os consumidores, além de prejudicar imensamente o solo, bem como todo o meio ambiente envolvido. Destaca-se a atuação da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e a publicação do Dossiê Abrasco – um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde, divulgado desde 2012 e lançado como livro em 2015 (Carneiro et al., 2015)

diversidade genética natural) e pela dependência de equipamentos, maquinários e insumos industriais que utilizam fontes não renováveis de energia e combustíveis fósseis (Gliessman, 2005).

No Brasil, a modernização agrícola contou com uma ampla sustentação do Estado brasileiro¹¹, através do discurso do progresso, e os recursos públicos beneficiaram, prioritariamente, os grandes proprietários e fazendeiros, reforçando a concentração da terra (Wanderley, 2009). Essa prática configura-se até hoje como um modelo hegemônico e dominante nas orientações de política pública, “sendo responsável por um processo permanente de exclusão social, êxodo rural, diferenciação social e concentração da posse da terra” (Caporal e Petersen, 2012). Assim, historicamente no Brasil:

os grupos do agronegócio (agricultura empresarial capitalista) mantêm a iniciativa sobre as orientações do Estado e reafirmam sua hegemonia nos planos político, econômico e ideológico. Esse desbalanço do poder político francamente favorável aos interesses das corporações transnacionais, do capital financeiro e da grande propriedade fundiária se sustenta em um pacto de economia política que vigora no mundo rural brasileiro há mais de dez anos e que associa interesses privados de maximização do lucro no curto prazo e interesses macro-econômicos que buscam ampliar os ingressos de divisas pela via da exportação de commodities agrícolas (ibid., p. 64).

O Estado brasileiro, amparado pelo sistema financeiro, promoveu a criação de diversos dispositivos para viabilizar a modernização da agricultura capitalista, dentre eles estão o crédito agrícola, o abastecimento, os preços, a pesquisa e assistência técnica. Não existia nenhum tipo de política especial para o campesinato¹², visto como pequenas/os produtoras/es ou como uma produção de subsistência imediata (Wanderley, 2009). Contudo, a partir dos anos de 1990, a ação e a pressão dos movimentos sociais do campo - com o amparo de pesquisas acadêmicas e técnicas-científicas e debates internacionais - permitiram a construção de políticas públicas

¹¹ É importante ressaltar que a modernização agrícola no Brasil se consolidou no contexto do golpe militar e com a eliminação dos movimentos camponeses. Um dos marcos desse processo foi a promulgação do Estatuto da Terra em 1964 (Wanderley, 2009).

¹² De acordo com Wanderley (2009), a população que vive nas áreas rurais brasileiras é bastante diversificada e “tiram seu sustento de distintas atividades, autônomas ou combinadas entre si, que as definem como pequenos ou médios agricultores, proprietários ou não das terras que trabalham; os assentados dos projetos de reforma agrária; trabalhadores assalariados que permanecem residindo no campo; povos da floresta, dentre os quais, agroextrativistas, caboclos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros; seringueiros, as comunidades de fundo de pasto, geraiseiros; trabalhadores dos rios e mares, como os caiçaras, pescadores artesanais; e ainda comunidades indígenas e quilombolas” (p. .

direcionadas para a agricultura familiar e camponesa¹³. Destaca-se, principalmente a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No entanto, essas políticas públicas têm sido elaboradas na perspectiva da modernização e da mercantilização. De acordo com Caporal e Petersen (2012):

Essa tendência tem sido geral nas políticas agrárias e agrícolas e acaba se traduzindo numa crescente subordinação da agricultura familiar aos setores agroindustriais presentes à montante, pela alta dependência de insumos e equipamentos industriais, e à jusante, através dos contratos de integração a mercados especializados e a um crescente aumento da concentração do poder de compra e estabelecimento dos preços pagos aos agricultores por parte de um pequeno número de grandes conglomerados. Essas duas formas de dependência têm conduzido à fragilização econômica das famílias agricultoras, fato esse que se reflete, entre outros sintomas, nos crescentes índices de endividamento e inadimplência, na redução das rendas familiares e, finalmente, no limite, o abandono da atividade agrícola. Nesse contexto, os maiores beneficiários das cifras recordes de financiamento público orientadas à agricultura familiar têm sido os setores industriais e de serviços vinculados ao agronegócio. Mesmo os recursos de crédito rural do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, acabam sendo transferidos automaticamente para este mesmo setor industrial (2012, p. 68).

Aliado a isso, parte da agricultura familiar incorporou a lógica técnica-econômica da modernização, complexificando as categorizações dos modos de produções agrícolas. Assim, a polarização entre a produção patronal e familiar ou capitalista e camponês já não faz mais sentido. De acordo com Ploeg (2009), a modernização e a mercantilização agrícola da revolução verde gerou mudanças significativas nos sistemas agrícolas, resultando em três arranjos político-econômicos distintos: a agricultura capitalista, comumente chamada de agronegócio ou patronal monocultora, que se orienta e sustenta pela perspectiva neoliberal e desenvolvimentista, sem preocupações com o bem-estar social e com a integridade do meio ambiente¹⁴; a agricultura familiar empresarial, dependente do capital financeiro e dos mercados de insumos e de produtos para sua reprodução

¹³ Para Wanderley (2009), as categorias “familiar” e “camponesa” são equivalentes, facilmente intercambiáveis. Porém, “o adjetivo familiar visa somente reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da centralidade da família e da construção de seu patrimônio” (pg. 41). A definição legal de agricultura familiar está na Lei Federal 11.326/2006 e abrange critérios como: os costumes territorializados e a pluriatividade, multifuncionalidade e diversidade; o trabalho exercido predominantemente pela família; a produção agropecuária ou extrativista em áreas de até 4 (quatro) módulos fiscais; a maior parte da renda é originada das atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento e/ou empreendimento; dentre outros.

¹⁴ Em 2008, o Brasil ultrapassou os Estados Unidos e assumiu o posto de maior consumidor mundial de agrotóxicos, com graves impactos socioeconômicos e ambientais e sobre a saúde da população e do meio ambiente (Carneiro, 2015).

econômica e social; e a agricultura familiar camponesa, fortemente baseada na ecologia e pela luta por autonomia.

É nesse contexto de fragilização da agricultura familiar camponesa - pela hegemonia da modernização e mercantilização agrícola - que crescem os debates sobre a necessidade de políticas públicas orientadas pela agroecologia.

3.2. O movimento agroecológico

A partir da década de 1970 surgem no Brasil e em outros países da América Latina movimentos de agricultura alternativa à agricultura industrial e capitalista que apresentam propostas com base nos princípios da agroecologia (Bianchini e Medaets, 2013)¹⁵. De acordo com a Associação Brasileira de Agroecologia - ABA, a agroecologia pode ser entendida como:

um conjunto de princípios, práticas e processos aplicados ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis e à reestruturação do sistema agroalimentar com base em princípios de sustentabilidade e justiça social. Estas mudanças envolvem não apenas transformações tecnológicas na agricultura, mas buscam também orientar um movimento mais amplo de reorganização dos processos sociais e ecológicos relacionados à produção e ao consumo de alimentos a partir de um enfoque agroecológico. A Agroecologia implica, portanto, em mudanças nas atitudes, valores e formas de organização dos atores sociais na conservação e manejo dos recursos naturais, na perspectiva de um bem viver, fomentando relações virtuosas entre a produção e o consumo, a conservação e o manejo dos agroecossistemas e ecossistemas naturais a eles associados, o espaço urbano e o espaço rural (ABA, 2017, p.1).

Nesse sentido, compreende-se a agroecologia como: uma ciência que articula teórica e prática com os saberes tradicionais e diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica; um movimento político para transformação

¹⁵ Bianchini e Medaets (2013) apresentam um panorama histórico desse movimento no Brasil que inicia nas décadas de 1970 com os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAAs) e a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); a partir de 1983 começa o Projeto Tecnologias Alternativas-FASE (PTA-FASE) e as ONG'S Centros de Tecnologia Alternativa (CTA) e a AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa; em 1989 cria-se o Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CLADES); no final dos anos 1990 surgem a Rede Ecovida de Agroecologia e a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA); a partir de 2000 iniciam-se os Encontros Nacionais de Agroecologia e a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); a partir de 2003 são realizados os Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBA); e Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) criada em 2004.

ambiental, social e econômica¹⁶; e uma prática social e metodológica orientada a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões (ABA, 2017).

No aspecto produtivo, a agroecologia parte do princípio de utilizar tecnologias que respeitem a natureza, equilibrando a relação entre os organismos participantes no processo de produção com o meio ambiente. Diferentes correntes de produção se baseiam nesses princípios, porém, a agricultura orgânica tem sido a mais reconhecida junto ao mercado e muitas vezes como sinônimo de todas as outras, inclusive na legislação brasileira. No entanto, de acordo com Assis e Romeiro (2002), apesar da “origem imbricada”, agroecologia e agricultura orgânica não devem ser vistas como sinônimos, uma vez que a agroecologia é uma ciência que parte do princípio de sustentabilidade e justiça social, articulando as tecnológicas na agricultura com a reorganização dos processos sociais e ecológicos. Já na agricultura orgânica, principalmente praticada por estratos de agricultoras/es mais capitalizados, observa-se:

um risco do estabelecimento de sistemas de produção com base em tecnologias de produtos, que não se afastam fundamentalmente na forma dos sistemas convencionais de produção. Isto ocorre, na medida que para estes agricultores, enquanto agentes econômicos, o desejo implícito, de aumento de eficiência a partir da simplificação dos sistemas de produção é exacerbado em detrimento de uma maior complexificação desejada em sistemas agroecológicos. Ocorre neste caso uma busca de continuadas colheitas com base na importação de insumos externos como adubos orgânicos e defensivos naturais, que, em certa medida, caracterizam este tipo de produção como uma agricultura de substituição de insumos, pois pouco altera a lógica de produção da agricultura convencional. O objetivo, neste caso, concentra-se na obtenção do "produto limpo", como forma de obter uma melhor remuneração em um mercado ávido por este tipo de produção (Assis e Romeiro, 2002, p.75).

A agroecologia, de acordo com Caporal e Petersen (2012), “não está focada em negócios para atender a nichos de mercado e consumidores com maior poder de compra, mas sim como uma ciência que pode contribuir para a generalização de estilos de agriculturas mais sustentáveis”. Portanto, a agroecologia relaciona-se diretamente com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)¹⁷ e com a

¹⁶ É importante ressaltar o papel das mulheres na construção da agroecologia sob uma perspectiva crítica e transformadora e sua afirmação através do lema “Sem Feminismo Não Há Agroecologia”.

¹⁷ O DHAA é reconhecido por diversos marcos jurídicos internacionais como pré-requisitos para efetivação e realização de outros direitos humanos. No Brasil, foi incluído em 2010 na CF.

soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN)¹⁸. Para Campos e Campos (2007), a construção da soberania alimentar:

passa necessariamente pela realização de uma verdadeira reforma agrária e pela implementação de uma política agrícola voltada para atender as necessidades alimentares da população respeitando a enorme diversidade cultural e os vários ecossistemas do país. Evidentemente que isso não é algo simples, pois contraria o “sagrado direito de propriedade” do sistema capitalista, bem como interesses políticos e econômicos de grupos nacionais e internacionais que hoje tem hegemonia no Estado brasileiro (p.11).

No que tange a incidência política do movimento agroecológico articulados em diversas redes, paulatinamente foram promulgadas diversas leis e políticas públicas no âmbito federal e estadual (Tabela 01) para a promoção de padrões de produção e consumo mais sustentáveis e ao incentivo à agroecologia (Monteiro et al, 2015; Moura, 2015). O próprio Pronaf passou a ter a linha do Pronaf Agroecologia e mais duas linhas especiais, Pronaf-Eco e Pronaf Floresta (Bianchini e Medaets, 2013). Segundo Venâncio, o Brasil “possui um arcabouço jurídico em ebulição que acompanhou e acompanha a convergência das reivindicações dos movimentos sociais em nível regional, estadual e nacional” (2015, p.5).

Tabela 1. Principais leis, decretos e emendas constitucionais relacionados ao enfoque agroecológico, à produção orgânica e ao fortalecimento da agricultura familiar camponesa nas políticas públicas no âmbito federal e estadual.

Número	Descrição
Lei Federal 10.831/2003	Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.
Lei Federal 10.696/2003	O art. 19 cria o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.
Lei Federal no 1.346/2006	Estabelece a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, que instituiu o

¹⁸ Segundo Vieira, “o conceito de soberania alimentar surgiu em contraposição à idéia de segurança alimentar defendida pela FAO e por ONGs internacionais, segundo a qual deveria ser produzido em cada país uma quantidade suficiente de alimentos e esta alimentação básica deveria estar à disposição de todos os indivíduos. No conceito de soberania alimentar, igualmente importante é o tipo de alimentação que é produzida, como ela é produzida e em que escala. Assim, o conceito de soberania alimentar é um guarda-chuva que inclui a idéia de segurança alimentar, uma vez que discute também quantidades básicas de alimentos per capita, mas a transcende, pois debate as condições de produção, e as escolhas coletivas com relação à alimentação dos povos” (2008, p.7). No Brasil, utiliza-se a expressão “soberania e segurança alimentar e nutricional” (SSAN) e a articulação política entre esses conceitos se expressa na conformação do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - FBSSAN (<https://fbssan.org.br/>).

	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN
Lei Federal no 11.947/2009	Regulamenta a alimentação escolar, destinando 30% do valor para a compra da produção da agricultura familiar - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
Emenda Constitucional nº 64/2010	Altera o art. 6º da CF, para introduzir a alimentação como direito social.
Lei Federal no 12.188/2010	Regulamenta a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e institui o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER)
Lei Federal no 12.512/2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Programa Bolsa Verde) e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
Decreto Federal 7.794/2012	Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.
Projeto de Lei Federal 906/2015	Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências.
Lei Estadual 15.973/2006	Dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana (PEAU) e dá outras providências.
Decreto Estadual 44.720/2008	Regulamenta a Lei nº 15.973, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana.
Lei Estadual 20.608/2013	Institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar
Lei Estadual 21.146/2014	Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO - e dá outras providências.
Lei Estadual nº 21.147/2014	Instituiu a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais
Decreto Estadual 46.712/2015	Regulamenta a Lei nº 20.608, de 7 de janeiro de 2013, que Institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar
Decreto Estadual 47.223/2017	Cria o Grupo Executivo Permanente da Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e à Produção Orgânica no Estado.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa na legislação pertinente.

Destaca-se, no âmbito federal, o decreto da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) que procura estimular a integração produtiva através do uso e conservação da biodiversidade e dos recursos naturais com equilíbrio ecológico, eficiência econômica, justiça social e transição agroecológica. Outra ação importante foi o apoio a núcleos de estudo em agroecologia, consolidado a partir da parceria interministerial ocorrida entre Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia Inovação e Comunicações (MCTI). As diretrizes e instrumentos dessas políticas foram elaboradas com a participação e o protagonismo dos movimentos sociais e da sociedade civil (Venâncio, 2015).

A transição agroecológica é o processo de mudança das práticas e das relações sociais estruturadas na agricultura convencional por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura com princípios e tecnologias de base ecológica. De acordo com a ABA:

os processos de transição agroecológica envolvem uma grande diversidade de atores, mobilizando múltiplas dimensões da vida social, constituindo-se como um processo conflitivo e multinível de mudança socioambiental, no qual a ação humana ocupa um lugar fundamental. Esse processo é desenvolvido de forma contínua desdobrando-se em múltiplas e complexas linhas de transformação. A Transição Agroecológica não atingirá, necessariamente, um estado final, pois a busca da sustentabilidade dos agroecossistemas é dinâmica e constante (2017, p.2).

No entanto, é importante ressaltar que essas políticas públicas foram implementadas em um contexto de disputas entre políticas distintas, visto que naquela época ainda coexistiam o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que defendem concepções igualmente distintas de desenvolvimento rural. De acordo com Wanderley:

É certamente essa dupla face do Estado que explica a superposição e, em muitos casos, as contradições nos modelos institucionais adotados e nas orientações das diversas políticas públicas. A existência de dois ministérios voltados para a agricultura e o meio rural é o exemplo mais evidente de como o Estado no Brasil lida com interesses, sob muitos aspectos profundamente divergentes, aninhando-os em espaços institucionais distintos, que terminam por ampliar o leque das pressões políticas, sem dúvida, desiguais. Já o profundo impacto do apoio à agricultura familiar não inibe o mesmo Estado a adotar medidas que reforçam o domínio da grande propriedade e que abrem espaços de mercado a bens, cuja produção no campo se traduz em degradação ambiental, desmatamento e redução das áreas destinadas à produção de alimentos, portanto, em confronto direto

com princípios igualmente defendidos por outras instituições estatais. Isso tudo sem esquecer as contradições que alimentam as relações entre as políticas agrícolas e a chamada grande economia (2009, p. 38).

Atualmente, o Brasil enfrenta uma grande crise política e institucional que está desestruturando o Estado democrático de direito. A agenda neoliberal está reduzindo a atuação estatal através de diversas medidas, como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e diversos cortes orçamentários em políticas direcionadas para as/os agricultoras/es familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e para a promoção da reforma agrária e agroecologia.

No âmbito do Estado de Minas Gerais, também foi instituído um conjunto de ordenamento jurídico para promoção da agroecologia, assumindo uma posição pioneira, principalmente com a promulgação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica em 2014. Destaca-se também como inovação a instituição da Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana em 2006 e Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais em 2014. Além disso, criou-se a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Agrário que conta com a Diretoria de Apoio à Agroecologia, Produção Orgânica e Agricultura Urbana.

Recentemente em 2017, foi criado o Grupo Executivo Permanente (GEP) para elaborar, coordenar e implementar o Plano de Ação da Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e o Apoio a Agroecologia e a Produção Orgânica em Minas Gerais, configurando-se como um importante passo para a transição agroecológica.

Contudo, para além da instituição de leis, decretos e unidades organizacionais no aparato estatal, é importante verificar as questões orçamentárias e quais os direcionamentos dessas políticas. Segundo Corrêa (2016), a partir da análise do orçamento do Estado de Minas Gerais para o ciclo de 2016-2019, “verificou-se que o Orçamento Agroecologia Exclusivo é vinte vezes menor do que o Orçamento Agricultura Moderna Exclusivo, demonstrando, assim, a primazia do enfoque convencional sobre o agroecológico” (p. 167). Desse modo, ainda predomina no Estado a lógica da agricultura “convencional que coopta suas instituições e recursos,

de forma que necessita passar por um processo próprio e interno de transição agroecológica – no âmbito das ideias e do paradigma que o orientam – para a construção de um projeto de desenvolvimento que seja capaz de difundir esse novo enfoque para suas diferentes áreas e órgãos e incorporá-lo no orçamento” (Correa, 2016, p. 167).

Uma das ações necessárias para transição agroecológica é a reestruturação do sistema de pesquisa e extensão rural de Minas Gerais, representado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária Minas Gerais - EPAMIG e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – EMATER-MG. Essas empresas foram criadas no âmbito da ditadura militar para potencializar e acelerar o processo de modernização da agricultura brasileira, com base nos princípios da revolução verde. Além disso, foram estruturadas no “modelo linear de transferência de tecnologia com suporte da extensão rural que considera o agricultor apenas como um usuário passivo das receitas tecnológicas impostas pelos especialistas” (Gadelha et al, 2017). No entanto, alguns avanços estão acontecendo como, por exemplo: a implementação do Núcleo de Estudo em Agroecologia na EPAMIG; a criação em 2016 da agenda de agroecologia na EMATER; a 2ª Conferência Nacional de ATER, que abordou o tema “Ater, Agroecologia e Alimentos Saudáveis”, realizada em Brasília, em 2016; e o seminário “Dialogar para Transformar – Diretrizes para apoio a pesquisa em Agroecologia, Agricultura Familiar e Urbana e Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais”, realizado em março de 2017 em Belo Horizonte.

Em suma, apesar de todos os desafios, a agroecologia tem ganhado visibilidade no cenário nacional, principalmente através de suas propostas para o (des)envolvimento rural brasileiro. Porém, esse direcionamento das ações agroecológicas para o rural, dificulta a incorporação do movimento por outros setores da sociedade localizados em contextos urbanos, além de invisibilizar as experiências de agroecologia nessas regiões. A próxima sessão tem o objetivo de apresentar o debate sobre agricultura urbana e as relações com o movimento agroecológico para compreender o surgimento de novas conexões entre o rural e o urbano e o potencial de transformação das relações socioambientais no espaço metropolitano.

3.3. A agricultura urbana: práticas diversas e conceito em construção

Nas sessões anteriores foram enfatizadas as disputas e os paradigmas das agriculturas na dimensão técnica produtiva e na dimensão da organização social das/os agricultoras/es. Nesta sessão será explorada a relação entre essas dimensões com o contexto urbano e metropolitano.

Geralmente, as atividades agrícolas são associadas aos espaços rurais, porém, no contexto metropolitano existem práticas agrícolas urbanas que também são invisibilizadas e resistem contra ou eventualmente encontram formas de se articular com a dinâmica do capital industrial e imobiliário em todo o tecido urbano e de várias maneiras, sejam elas nos terreiros, quintais, nas vilas e favelas, nas diversas experiências de agricultura urbana, na criação de animais, entre outras e “nos saberes, nas receitas caseiras, no conhecimento das plantas, nas histórias, na música e na arte” (Costa, Santos, Costa, 2013, p.117).

De acordo com Almeida, as práticas agriculturas urbanas são bastante diversas, “podendo fazer parte das estratégias de reprodução de famílias de baixa renda; estar orientadas para o mercado; ser realizadas como uma forma de lazer e de terapia, bem como motivadas por preocupações ambientais” (2016, p.378).

A agricultura urbana ganhou evidência na agenda internacional a partir da década de 1990 com as iniciativas de agências de cooperação e organizações internacionais para o desenvolvimento sustentável e sobre a gestão ambiental das cidades. Destaca-se o trabalho da Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security (RUAF), sediada na Holanda, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para promoção de estudos, ações e políticas de agricultura urbana. De acordo com Almeida (2016), na literatura internacional sobre a temática da agricultura urbana pode-se identificar três discursos e tendências: uma prática para sustentabilidade urbana e segurança alimentar e nutricional; uma prática

associada a lógica de produção capitalista; e uma prática contraditória, apresentando simultaneamente aspectos radicais/progressistas e neoliberais¹⁹.

No Brasil, o campo da agricultura urbana tem se configurado desde a dinâmica de elaboração de políticas públicas aos processos de mobilização e organização social, apresentando conexões com a agenda internacional e com contextos regionais nacionais (Almeida, 2016) - entre os quais têm a expressiva contribuição da RMBH que será descrito no capítulo 6.1.

A maior institucionalização da agricultura urbana no Brasil, no âmbito federal, tem início com a criação do Programa Fome Zero e foi potencializado com as políticas de segurança alimentar e nutricional. Contudo, essa institucionalização contou com a mobilização e pressão de organizações que já atuavam com a temática da agricultura urbana em contextos locais e regionais (Tabela 02).

Tabela 2. Principais ações e eventos que marcaram a incorporação da agricultura urbana na agenda das políticas públicas no âmbito nacional.

Ações e eventos	Resultados
2004 - II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.	A agricultura urbana foi contemplada como uma das propostas prioritárias aprovadas em plenária. O objetivo da proposta foi elaborar diagnósticos participativos para criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana.
2006 - Pesquisa financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a FAO e coordenada pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) de Belo Horizonte, e pelo Instituto IPES - Promoção do Desenvolvimento Sustentável de Lima, Peru.	A pesquisa tinha o objetivo de identificar iniciativas de agricultura urbana e periurbana e formular diretrizes para sua promoção. Foi realizada nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Goiânia, Belém, Fortaleza, Recife e Salvador.
2007 - Seminário Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.	Apresentação da pesquisa iniciada em 2006 e intitulada "Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras" (Santandreu; Lovo, 2007)

¹⁹ Essa tendência é indicada por Almeida (2016) principalmente a partir de textos de Nathan McClintock (2014) e Chiara Tornaghi (2014).

2007 - III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).	O Relatório Final da III Conferência reforçou a proposição de implantação de uma política nacional de agricultura urbana articulada a uma das diretrizes propostas para a Política Nacional de SAN.
2008 - O MDS lança um edital para apoiar a implantação de Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUPs).	Os centros tinham o objetivo organizar um sistema operacional descentralizado de apoio à agricultura urbana nas regiões metropolitanas, com ações de fomento, assistência técnica, formação e monitoramento dos resultados dos projetos aprovados. Foram implementados 12 CAAUPs em 12 regiões metropolitanas brasileiras.
2009 - O MDS lança um novo edital.	Foram aprovados outros 12 projetos.
2010 - O MDS, em parceria com a FAO, contrata uma consultoria para sistematizar e analisar as ações promovidas pelo Ministério com vistas à implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP).	O relatório traz um balanço das ações implementadas pelo MDS no período compreendido entre 2003 e 2009, da estrutura de gestão da política, das relações com as políticas dos demais Ministérios, das relações intergovernamentais (com estados e municípios) e das relações com a sociedade civil.
2011 - IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.	A implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana (PNAUP) foi incorporada como uma meta prioritária do primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2012/2015, sendo o MDS definido como órgão gestor responsável pela sua implementação e destinado recursos orçamentários à sua consecução no Plano Plurianual.
2011 - O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) organiza duas atividades com o intuito de debater a Segurança Alimentar e Nutricional no contexto do Desenvolvimento Urbano: um Encontro Nacional.	Foi realizado como uma atividade preparatória, e uma atividade integradora, incorporada na programação da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
2012 - Constitui-se o Grupo de Trabalho de SAN e Desenvolvimento Urbano.	Identificou-se a necessidade de dar visibilidade às experiências praticadas pela sociedade civil e pelo Estado em nível federal, estadual e municipal e ampliar a compreensão da relação das mesmas com a promoção da segurança alimentar e do direito à cidade.
2012 - O MDS inicia um processo de discussão para a elaboração de uma portaria federal, respaldada na legislação federal existente, visando criar um marco regulatório das ações do Governo Federal voltadas para a agricultura urbana.	Uma versão preliminar da portaria foi apresentada pelo Ministério durante o III Seminário Latinoamericano e Caribenho de Agricultura Urbana e Periurbana.
2013 - Uma decisão interna do MDS levou à	Interrupção do processo de diálogo com a

suspensão de novos investimentos para a agricultura urbana.	sociedade e de construção de uma política nacional de agricultura urbana.
2013 - VII Encontro do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)	As organizações se articularam para promover uma oficina temática integrada à programação do encontro e para cobrar esclarecimentos e um posicionamento do MDS. Contudo, a posição foi irredutível.
2013 - Chamada Nº 81/2013 - MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	Permitiu a criação de Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA's) com enfoque na agricultura urbana.
2014 - III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)	Foi criado o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU).
2015 - Instituiu um Comitê Técnico de Agricultura Urbana na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar (CAISAN).	O objetivo foi fomentar o debate de uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP).
2015 - Projeto de Lei 906/2015.	Tem o objetivo de instituir a Política Nacional de Agricultura Urbana.
2015 - I Encontro Nacional de Agricultura Urbana.	Foi organizado pelo CNAU e teve como tema "Agroecologia e Direito à Cidade: Cultivando Saúde e Comida de Verdade".
2016 - Plenária da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)	O evento contou com a participação do CNAU.
2017 - Plenária da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)	Foram visitadas as experiências de agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte e debateu-se sobre a construção do IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA) em 2018 com objetivo de aproximar campo e cidade.
2017 - VI Congresso Latino-americano de Agroecologia, X Congresso Brasileiro de Agroecologia, V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno.	Foi organizada uma programação específica de agricultura urbana pelo CNAU.

Fonte: Elaboração própria a partir de Almeida (2016) e de dados da pesquisa atualizados.

Apesar de todas as ações e mobilizações para a promoção da agricultura urbana, até hoje não foram consolidadas regulações e legislações federais específicas para a política de agricultura urbana na esfera nacional. A principal referência é a LOSAN e demais recomendações e diretrizes presentes relatórios e planos da política de SAN. Além disso, o Projeto de Lei 906/2015, que tem o objetivo de instituir a Política Nacional de Agricultura Urbana, ainda se encontra tramitando no congresso nacional. De acordo com Almeida (ibid.), a visibilidade que a agricultura urbana

ganhou nesses últimos anos não resultaram na elaboração e implementação de políticas públicas e:

têm prevalecido nesses processos entraves burocráticos do Estado, as descontinuidades ligadas às mudanças nos cargos políticos, a dependência de interesses e decisões de gestores públicos e a falta de vontade política para definir orçamentos permanentes e equipes estruturadas e capacitadas para atuar nesse novo campo de ação institucional. A institucionalização traz também o risco de homogeneização e cooptação pelos governos locais, por meio da priorização de um enfoque de políticas de apoio e da imposição de condições e mecanismos formais para o acesso aos recursos públicos que não respeitam as especificidades territoriais e os objetivos das iniciativas protagonizadas pelas organizações e redes sociais (p. 104).

De um modo geral, o debate sobre a institucionalização da agricultura no Brasil tem evidenciado a sua dimensão social, principalmente no enfrentamento da fome e da pobreza. As dimensões econômicas, ambientais e territoriais da agricultura urbana têm ficado em segundo plano, principalmente nas pautas das várias organizações²⁰ que têm protagonizado o debate sobre a agricultura urbana em contextos locais e regionais, articulando com as perspectivas e lutas da soberania alimentar, da promoção da agroecologia e da agricultura familiar camponesa. Esses outros discursos e práticas “expressam abordagens mais críticas, que buscam focar a agricultura urbana como mais uma via de denúncia e transformação das desigualdades sociais, como a concentração e privatização de terras nas cidades e a hegemonia de corporações nacionais e internacionais no sistema agroalimentar atual, entre outras questões” (ibid.).

Recentemente, durante o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em 2014, foi criado o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU) que organizou, em 2015, o I Encontro Nacional de Agricultura Urbana no Rio de Janeiro com o tema “Agroecologia e Direito à Cidade: Cultivando Saúde e Comida de Verdade”. O encontro permitiu uma articulação de experiências de agricultura urbana, organizações, redes e movimentos sociais que evidenciaram as ameaças e conflitos presentes nos espaços urbanos e reivindicaram o cumprimento da função social da propriedade e do direito humano à alimentação adequada, dentre outras questões (CNAU, 2015). De acordo com Almeida e Biazoti (2017, p. 4):

²⁰ É importante ressaltar a atuação da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), em Minas Gerais, a AS-PTA, no Rio de Janeiro, o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - CEPAGRO, em Santa Catarina, o Instituto 05 Elementos e o Instituto Polis, em São Paulo.

O crescente reconhecimento do movimento da agricultura urbana tem proporcionado o reconhecimento das histórias e das práticas de agricultura *para a cidade, na cidade e da cidade* e amplia as possibilidades de relação da população urbana com a natureza e com a agricultura (...). A aproximação do campo da agricultura urbana com o campo agroecológico certamente pode contribuir para relacionar e explicitar os princípios e dimensões do enfoque agroecológico aos sistemas produtivos, aos sujeitos sociais e aos territórios urbanos, no sentido de uma “agroecologia urbana” (...) é preciso avançar na desconstrução da dicotomia entre campo-cidade e identificar que há uma luta comum, que é a luta pela terra e o valor de uso dos espaços, enquanto locus de produção e reprodução da vida.

Portanto, o conceito da agricultura urbana encontra-se em construção e em disputa a partir de um cenário de mobilização e organização social e de processos e dinâmicas de institucionalização. O conceito pode apresentar diversas perspectivas de acordo com a dimensão - social, econômica, territorial, ambiental e outras - e as características evidenciadas nas diversas experiências de agricultura urbana. Além disso, existe a demanda de caracterizar ou categorizar as/os agricultores para acesso às políticas públicas.

O próximo capítulo tem o objetivo de aprofundar esse debate a partir da contextualização das experiências de agriculturas na RMBH. Serão evidenciadas as reflexões sobre a relação rural-urbano, bem como sobre a importância das práticas agrícolas para a organização do sistema alimentar e para transformação socioambiental nas metrópoles.

4. A QUESTÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

O processo de expansão da RMBH, a partir da lógica urbano-industrial e das ações do capital imobiliário, configurou uma estrutura econômica fundamentada em investimentos públicos e privados nas atividades industriais (extrativa mineral, transformação, construção civil e eletroeletrônica), imobiliárias e de serviços (UFMG, 2014).

Uma dinâmica que se associa ao processo de expansão urbana industrial, no âmbito do planejamento municipal, é a ampliação do perímetro urbano sobre as áreas rurais, como já discutido anteriormente. Essa prática é recorrente nos planos diretores municipais e muitas vezes está ligada ao interesse do mercado imobiliário ou do poder público em busca de investimentos e/ou arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, redefinindo áreas rurais como áreas urbanas²¹. De acordo com Almeida, “a divisão legal dos municípios em zonas rurais e urbanas por meio desse instrumento reproduz uma visão dicotômica da realidade”, alterando “as condições de reprodução das práticas agrícolas nos espaços metropolitanos” (2016, p. 223). Contudo, para a lógica atual das políticas públicas e do planejamento territorial, local ou regional, o reconhecimento e delimitação dos espaços rurais é uma ação estratégica e significa:

(..) uma decisão política de manter partes dos territórios municipais como áreas rurais formais, destinadas a usos produtivos agrícolas, a baixas densidades de ocupação habitacional, a assentamentos de reforma agrária, a tributação específica rural (ITR – Imposto Territorial Rural, por exemplo), a acesso a crédito para a agricultura familiar, entre outros elementos da política pública em diferentes escalas territoriais. Significa proteger terras para estimular atividades econômicas ligadas à produção em pequena escala, ao artesanato, ao turismo rural, ao parcelamento do solo na forma de chácaras, entre outros usos. Significa abdicar da proposta de transformar todo o território municipal em área de expansão urbana, logo passível do parcelamento e de extensão dos mecanismos de valorização fundiária urbana por todo o território, como vem ocorrendo com muitos municípios metropolitanos (Costa, Santos, Costa, 2013, p. 117).

²¹ Cabe ressaltar o debate sobre a reforma urbana apontado por Almeida (2016, p. 226): “a ampliação dos limites do perímetro urbano em municípios é questionada por estar muitas vezes associada a mecanismos de valorização da terra e de apropriação da renda fundiária urbana. Essas medidas deveriam ser antecedidas por decisões políticas e aplicação de instrumentos urbanísticos já disponíveis na legislação brasileira para ocupação dos “vazios” urbanos e cumprimento da função social da terra e da propriedade.”

Nesse sentido, nos territórios regidos pela lógica do capital industrial e imobiliário prevalece o processo de valorização e aumento do preço da terra que comprometem os espaços rurais e as atividades agrícolas²². Conseqüentemente, ocorre a inviabilidade da permanência das/os agricultoras/es (êxodo agrícola) e diminuindo a disponibilidade de terras agricultáveis para produção alimentar. Além disso, algumas concepções e até preconceitos em relação à produção agrícola no espaço metropolitano se tornam recorrentes no território:

Usualmente considera-se a agricultura como uma atividade residual e um setor irrelevante para a economia dos municípios da RMBH. Argumenta-se, ainda, sua inviabilidade econômica, dado o alto custo da terra e a competição com atividades mais lucrativas e eficientes. Finalmente, associa-se o uso agrícola do solo à poluição e danos ambientais e à incompatibilidade com a preservação ambiental. Estas concepções reproduzem generalizações e simplificações que não consideram as especificidades dos 34 municípios metropolitanos; a heterogeneidade de práticas agrícolas encontradas na RMBH; o papel da produção local para o abastecimento regional e não problematizam os diferentes caminhos que o agronegócio e a agroecologia apontam para a produção de alimentos e o desenvolvimento territorial (Tupy, Almeida, Melgaço, 2015, p. 1).

Atrelado a essas concepções reducionistas e tradicionais em relação à realidade da produção dos espaços agrícolas da RMBH, existe uma lacuna de dados e estudos que contribuem para que parte da população e dos órgãos públicos desconheçam as características e existência da produção agrícola em alguns municípios.

Entretanto, a partir de estudos sobre a viabilidade econômica da atividade agrícola na RMBH e de sua relevância no abastecimento alimentar, Tupy, Almeida e Melgaço (2015) evidenciaram que:

A oferta de produtos agrícolas da RMBH para a CEASA/MG é bastante diversa, mas apresenta relevância no fornecimento de uma série de produtos, sobretudo hortifrúti, como folhosas em geral e algumas frutas, em particular tangerina e banana. O Cinturão Verde (Igarapé, São Joaquim de Bicas, Ibirité, Sarzedo e Mário Campos) é o espaço que mais se destaca nesse aspecto, tendo sido responsável por mais de 30 mil toneladas de produtos comercializados no CEASA, em 2013, com valor de mais de R\$31,723 milhões, seguido de Mateus Leme, Esmeraldas, Florestal e Juatuba, Nova União e Taquaraçu de Minas (particularmente em função da comercialização de banana), Rio Manso, Itaguara e Itatiaiuçu e Brumadinho. Não se pode desconsiderar, ainda, a demanda pela produção de alimentos da agricultura familiar para o abastecimento de programas institucionais, sobretudo alimentação escolar através do PNAE, que em 2014 foi de 26,762 milhões de reais (2015, p. 5).

²² Apesar da dinâmica de expansão urbana predominar na maioria dos municípios, existem “debates e ações em capitais brasileiras como São Paulo e Porto Alegre, que tratam da “recriação” de zonas rurais (extintas em planos diretores anteriores) e do incentivo público à agricultura, entre outras atividades que associem criação de emprego e renda à proteção ambiental” (Almeida, 2016, p. 224).

Esses fatores apontam a relevância econômica da atividade agrícola na RMBH e suas potenciais vantagens, já que os gastos de transporte e armazenamento são menores devido à proximidade da produção com mercado consumidor. Contudo, para além dos fatores econômicos é necessário compreender as características das agriculturas, principalmente em contextos metropolitanos, já que ocorrem de maneiras distintas nas suas dimensões técnicas, sociais, ambientais ou territoriais.

Em relação à gestão metropolitana, atualmente não existe uma política pública integrada em nível metropolitano que coordene e articule programas e ações de apoio às atividades agrícolas na RMBH. Contudo, existe um conjunto de propostas disponíveis nos estudos setoriais do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PDDI, especialmente no Eixo Segurança no âmbito da Política de Metropolitana Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional, realizado em 2011. Essa política é dividida em programas e estes subdivididos em projetos que apontam questões como a temporalidade de execução e implementação, os possíveis arranjos institucionais e fontes de financiamento, os instrumentos, os programas já existentes, dentre outras, relacionado com os diferentes níveis de institucionalidade e aparato legal dos três entes federativos (UFMG, PUCMINAS e UEMG, 2011).

A Política Metropolitana Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional (PMISAN) do PDDI-RMBH tem como objetivo principal efetivar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a erradicação da desnutrição e a articulação entre o rural e o urbano na RMBH. Além disso, ressaltam a importância de apoio à produção de alimentos pela agricultura rural e urbana, que cumpre funções sociais, culturais, ambientais e econômicas (UFMG, PUCMINAS e UEMG, 2011).

A PMISAN é composta por cinco programas que visam: *apoio às atividades rurais*, com destaque para a agricultura familiar; *apoio às atividades de abastecimento* para ofertar alimentos com qualidade a preços acessíveis; *agricultura urbana*, amparado pelo Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana (PEAU); *promoção do consumo alimentar*, amparado pela Lei orgânica de segurança alimentar saudável (LOSAN) e

pelo Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN); e promoção da qualidade de vida no meio rural. Esse conjunto de programas e projetos reconhece o território metropolitano na sua totalidade e complexidade, articulando rural e o urbano nos municípios e atuando sobre a produção, o abastecimento e o consumo alimentar.

Apesar do esforço do PDDI para elaboração dessas políticas, até hoje nenhum dos programas ou projetos foi implementado. Na RMBH predomina uma ausência de coordenação e cooperação federativa e parcerias com outras instituições governamentais e não governamentais para fomentar a produção e o abastecimento alimentar. Neste contexto, ocorre uma precarização e periferação das atividades produtivas agrícolas na RMBH, gerando gastos com deslocamentos dentro do território do estado de Minas Gerais devido à centralização excessiva na distribuição de alimentos através da Central de Abastecimento do Estado de Minas Gerais – CEASAMINAS. Esse aumento das distâncias entre produção e distribuição dos alimentos que abastecem as cidades reforça a dependência por produtos alimentícios externos e industrializados que podem ser mais facilmente estocados.

Entretanto, existe uma intensa mobilização e incidência da sociedade civil em processos políticos para fortalecimento da produção de alimentos de base agroecologia na RMBH. Esses grupos, organizações e redes se articulam para promover e ampliar as práticas de agricultura urbana e agroecologia na RMBH através de encontros, troca de saberes e intercâmbio de experiências. Também discutem propostas de incorporação da produção de alimentos em bases agroecológicas no planejamento urbano e nas políticas públicas como uma possibilidade de (des)envolvimento local e regional. Articulam também as dimensões sociais, ambientais e econômicas com as práticas agrícolas nos territórios para ampliação do consumo de alimentos saudáveis pela população metropolitana.

Outra cooperação relevante nesse processo de mobilização é a presença de grupos de pesquisa, ensino e extensão de universidades da RMBH como, por exemplo, o

Balaio²³, Guayi²⁴, Kaipora²⁵ e o Projeto Agroecologia e SoFIA²⁶. No âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), destaca-se a atuação do Grupo Aroeira²⁷ e, mais recentemente, as ações do AgroÊ²⁸ e do AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana.

Esta monografia analisa alguns resultados das ações de extensão, pesquisa e ensino do AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana, vinculado ao Instituto de Geociências da UFMG, bem como as algumas reflexões a partir do meu envolvimento como integrante e bolsista do grupo.

O AUÊ!²⁹ surge em 2013 a partir de iniciativas de pesquisas em curso na UFMG relacionadas à agricultura urbana. Nesse período, já existiam mobilizações sociais como, por exemplo, a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), e algumas políticas públicas na RMBH direcionadas a temática da agricultura urbana. Contudo, havia uma lacuna referente às informações sistematizadas sobre as práticas agrícolas e agroecológicas no território metropolitano.

²³ Grupo de agroecologia da Universidade Federal de Viçosa localizado no campus do município de Florestal. O grupo foi criado para discutir e fomentar as atividades de agroecologia.

²⁴ O Guayi é um grupo de agroecologia vinculado a Universidade Federal de São João del-Rei no campus de Sete Lagoas. O objetivo do grupo é pesquisar e divulgar informações sobre a produção agrícola sem o uso de produtos químicos.

²⁵ O Kaipora - Laboratório de Estudos Bioculturais é um grupo de estudos em etnoecologia, ecologia política e sociobiodiversidade urbana e está sediado na Universidade do Estado de Minas Gerais na unidade de Ibirité (<https://labbiocultural.wordpress.com/>).

²⁶ O projeto é vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho e Tecnologias do CEFET-MG e tem o objetivo de promover a agroecologia no bairro Cabana do Pai Tomás.

²⁷ O Grupo Aroeira foi fundado em 2006 e era formado por graduandas/os, mestrandas/os, mestres e doutorandas/os de diversos cursos da UFMG. O grupo realizava atividades ligadas à extensão em agricultura urbana e agroecologia como, por exemplo, o curso de Agroecologia Urbana e ações em parceria com a Horta Comunitária da Associação de Moradores da Vila Santana do Cafezal. Atualmente, o grupo desvinculou-se da UFMG, mas segue trabalhando com agroecologia urbana em Belo Horizonte.

²⁸ Grupo criado por alunas/os de Ciências Biológicas da UFMG, que divulga e realiza ações prática de agroecologia.

²⁹ No ano de 2014, o AUÊ! se consolidou como Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) a partir do projeto “Metrópole em Transição: Implantação do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA/UFMG) na Região Metropolitana de Belo Horizonte” financiado pela chamada 081/2013 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Pesca e Agricultura (MPA) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O AUÊ! é constituído por pesquisadores/as, estudantes de graduação e de pós-graduação e se articula em parceria com outras universidades, ONGs, organizações e movimentos sociais e órgãos públicos. O trabalho de extensão, pesquisa e ensino do grupo busca contribuir para o fortalecimento das práticas agrícolas e agroecológicas no espaço urbano, bem como para a formulação e monitoramento de políticas públicas a partir de uma perspectiva interdisciplinar com diferentes campos de investigação, dentre eles: planejamento urbano, espaço público cotidiano, questão ambiental urbana, ecologia política, conflitos socioambientais, questão agrária, organização popular, segurança alimentar e nutricional, economia popular e solidária, dentre outros³⁰.

Diante desse contexto, surge uma agenda de debate de promoção da agricultura de base agroecológica na RMBH e de fortalecimento de uma rede de atores que articule a produção, o abastecimento e a comercialização justa e solidária de alimentos para o consumo local e regional para garantir e ampliar a soberania e segurança alimentar e nutricional.

³⁰ Mais informações estão disponíveis em: <<https://aueufmg.wordpress.com>>

5. REDES DE AGRICULTURA URBANA E AGROECOLOGIA NA RMBH

Retomando a discussão sobre os processos de metropolização e a implosão/explosão do tecido urbano, Monte-Mór (2015), a partir de uma perspectiva lefebvriana, identifica no urbano dois sentidos dialéticos que estão presentes na complexidade da urbanização contemporânea: o urbano-industrial e o urbano-utopia. De acordo com o autor, o processo espacial da extensão do urbano-industrial, por ele denominado “urbanização extensiva”, leva as condições gerais de produção e ao mesmo tempo carrega, dialeticamente, o urbano-utopia que pode ser entendido como a extensão da:

(...) política, da reinvenção, da revolução do cotidiano também se estende, politizando os espaços sociais, estendendo e fortalecendo a cidadania, e eventualmente resgatando formas de vida e modos de integração econômica que podem dar origem a novas invenções de processos e formas socioespaciais mais compatíveis com a utopia contemporânea de emancipação, revisitada a partir do urbano lefebvriano e caracterizada por novas relações com a natureza (Monte-Mór, 2015, p.60).

O urbano lefebvriano, caracterizado pela superação do urbano-industrial, reconfigura-se como urbano-utopia que se apresenta através da vida cotidiana em outras possibilidades e alternativas para além da industrialização e da especulação imobiliária. No urbano-utopia os ideais de vontade, coragem e o sentido da produção da cidade pela via da cidadania se impõem como alternativas à lógica neoliberal.

Na RMBH existem diversas experiências cotidianas que dialogam com o conceito de urbano-utopia proposto por Monte-Mór (2015). Dentre elas, estão as práticas de agricultura urbana de base agroecológica que apontam outras relações socioespaciais possíveis no território. Essas experiências agrícolas no contexto urbano manifestam-se nos quintais e hortas comunitárias em vilas e favelas e até em alguns programas e projetos de governos locais³¹ (Coutinho, 2010). Contudo, como

³¹ Almeida (2016) apresenta um panorama histórico das primeiras políticas e ações em Belo Horizonte, são elas: a criação de cinco Centros de Vivência Agroecológica (CEVAEs) nas regionais da cidade em 1995 pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) em um convênio com a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE); em 2001 dois representantes da cidade de Belo Horizonte foram selecionados para participar do “I Curso Regional de Pesquisa-Ação e Gestão da Agricultura Urbana nas Cidades da América Latina e Caribe” do Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe (PGU-ALC) realizado em Quito, Equador; entre junho de 2006 e junho de 2008 a PBH e pela REDE executaram o Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro (CCF), resultando no “Plano de Ação de Agricultura Urbana de Belo Horizonte 2008-2018: BH Cultivando Agricultura Urbana” e na criação do fórum Espaço de Agricultura Urbana de Belo Horizonte durante o

já exposto, essas práticas são invisibilizadas pela lógica industrial e capitalista. Além disso, não se configuram como pautas prioritárias de ações e políticas públicas no âmbito regional.

5.1. Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - AMAU

Dentro do processo de reinvenção socioespacial e ambiental na RMBH encontra-se a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - AMAU, um coletivo composto de agricultoras/es, representantes de grupos e associações comunitárias, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e redes envolvidos com as práticas de agricultura urbana na RMBH.

A AMAU foi criada em 2004 a partir da realização da “Caravana Dignidade e Vida - Segurança Alimentar e Agricultura Urbana – Região Metropolitana de Belo Horizonte”³². Dentre as ações da AMAU estão: a organização de encontros; apoio às iniciativas populares a mobilização as/os agricultoras/es da RMBH; a divulgação da diversidade de experiências agrícolas e suas diferentes funções. Além disso, a articulação buscar aprofundar o debate político sobre a relação campo-cidade e sobre o papel da agroecologia na construção de um projeto popular mediado pela discussão e participação na elaboração de políticas públicas e planejamento. A AMAU se estruturou inicialmente através das seguintes comissões de trabalho: agrobiodiversidade; produção, comercialização e consumo; auto-organização das mulheres; e plantas medicinais. O coletivo também faz parte da Articulação Mineira de Agroecologia - AMA.

seminário "Agricultura Urbana como Instrumento de Gestão da Cidade"; em 2007 foi realizado o I Seminário Estadual de Agricultura Urbana, desdobrando na regulamentação da Lei Estadual de Agricultura Urbana na criação do Grupo de Trabalho da Agricultura Urbana (GTAU); de 2008 a 2011 ocorreram as atividades do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte (CAUPRMBH) convênio do MDS com o Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER-MG).

³² O objetivo da caravana foi identificar e debater experiências de agricultura urbana e segurança alimentar protagonizadas pela sociedade civil no estado de Minas Gerais. Esse evento surgiu a partir da criação do Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (FMSANS) e do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG) em 1999 que contou com a participação e composição da REDE.

Em 2014, o AUÊ! e o meu envolvimento como bolsista no grupo se inseriram nesse processo com o projeto “Cultivando Outra Cidade: Experiências e Cartografias Sociais da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU)”, financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFMG. O projeto foi orientado pela metodologia de pesquisa-ação³³ e seu objetivo foi fortalecer a AMAU, além de contribuir para a visibilidade e potencialização de iniciativas relacionadas à agricultura na RMBH.

As principais atividades do projeto foram: o resgate histórico da atuação da AMAU; sistematização dos documentos e fotos; atualização do cadastro de participantes; e o planejamento e organização de encontros. Realizaram-se também visitas em municípios para caracterização e mapeamento das práticas de agricultura da RMBH e também das/os agricultoras/es da AMAU, permitindo refletir sobre as diversas dimensões das práticas das agriculturas urbanas agroecológicas.

O levantamento sobre as/os participantes que se envolveram nos encontros da AMAU permitiu identificar grupos, coletivos, rede, empreendimentos, associações comunitárias e movimentos sociais que apresentavam diversas demandas como, por exemplo: reforma urbana e agrária, feminismo, alimentação saudável, economia solidária, dentre outras. Além disso, é importante evidenciar a participação de organizações de assessoria, pesquisadores e estudantes de diversas áreas (Almeida, 2016).

No processo de sistematização do histórico da AMAU, encontrou-se um registro sobre a atuação do coletivo no planejamento metropolitano. Em 2010, durante o “IV Módulo do Curso de Formação em Agricultura Urbana” realizado pelo Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte (CAUP-RMBH), as/os participantes, integrantes da AMAU, do curso levantaram algumas considerações relacionadas à abordagem da agricultura no

³³ De acordo com Dionne (2007), a pesquisa-ação é realizada através do trabalho de equipe formado por pesquisadoras/es e atores sociopolíticos empenhados na mudança de uma situação, reduzindo a distância entre teoria e prática. O processo articula-se também com o fortalecimento do saber cognitivo, o saber-fazer e o saber-ser dos atores participantes. A pesquisa-ação proporciona a geração de conhecimentos articulados com a mudança sociopolítica, levando em consideração o contexto, as condições da ação, a participação coletiva e o controle do saber nas mãos dos grupos e das comunidades envolvidos na situação.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH – PDDI/RMBH para contribuir para a construção política em diálogo do planejamento metropolitano. A proposta foi incorporar a agricultura agroecológica e afirmar seu potencial para o processo de (des)envolvimento endógeno metropolitano:

Conforme apontado nos relatórios preliminares do PDDI, mesmo não representando atualmente um papel de destaque na RMBH, como a mineração e a indústria, a agricultura é significativa em alguns municípios, principalmente o cultivo de produtos da horticultura que abastecem grande parte da RMBH. Há também municípios onde predominam a característica rural, com presença da agricultura familiar em pequenas e médias propriedades, além de festas típicas e outras expressões culturais relacionadas à vida no campo. Mesmo nos municípios mais urbanizados é recorrente a prática agrícola e pecuária em diferentes tipos de espaços e por distintas motivações (...). Este processo tem afirmado a agroecologia como um modo de fazer agricultura e uma opção política e tecnológica alternativa ao modelo do agronegócio. Os métodos e técnicas agroecológicas respeitam a vida e as relações entre os seres vivos e o ambiente, integram o conhecimento da ciência e o saber popular sobre a produção de alimentos saudáveis e possibilitam a redução dos custos da produção, uma maior independência de insumos externos e o estabelecimento de formas solidárias de comercialização. A promoção da agroecologia em regiões metropolitanas é uma alternativa para estabelecer circuitos curtos de produção e consumo; ampliar a integração entre espaços naturais e sociais; além de trazer novas perspectivas para o debate sobre a importância da qualidade de vida nas cidades, conectando o valor de uso do espaço urbano e a função social da propriedade (AMAU, 2010, p. 1).

No relatório final do PDDI sobre as Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários observa-se os efeitos da trajetória de aproximação da agricultura urbana com a agroecologia na RMBH, protagonizada pela AMAU. A promoção da agroecologia está descrita apenas nos Programa e Projetos Metropolitanos de Agricultura Urbana e Periurbana. Contraditoriamente, o Programa Metropolitano de Apoio às Atividades Rurais não apresenta nenhuma menção a agroecologia. A redação final do relatório do PDDI pode indicar a predominância da lógica industrial e mercantil para o (des)envolvimento rural, bem como a necessidade de estabelecer o diálogo entre os diversos setores para ampliar o debate sobre a agroecologia.

Dentre os encontros organizados, é importante ressaltar a celebração dos 10 anos da AMAU, realizado entre os dias 29 e 30 de novembro de 2014, no município de Mário Campos. A partir desse encontro e da sistematização realizada pelo AUÊ! foi elaborada coletivamente uma Carta Política (AMAU, 2015) que apresenta “reivindicações e propostas de ações definidas pela AMAU que, além de contribuir

com os debates, podem subsidiar a formulação e a implementação de programas e políticas públicas voltadas para a promoção da agroecologia e para o fortalecimento da agricultura familiar na Região Metropolitana de Belo Horizonte”. São elas: acesso à terra; acesso aos recursos naturais; fomento para ampliação da produção agroecológica; assessoria técnica com enfoque agroecológico, popular e de gênero; formação política e capacitação técnica; escoamento e comercialização da produção; comunicação popular; estudos e pesquisas sobre agroecologia na RMBH; combate à mineração; combate aos agrotóxicos; apoio à territorialização de experiências, considerando as múltiplas funções da agricultura.

Figura 2. Ações da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana: a) troca de mudas e sementes, 2013; b) encontro de 10 anos, 2014; c) mutirão para construção da horta agroflorestal no Mercado Distrital Santa Tereza, 2016; d) caminha para reconhecimento de plantas medicinais do cerrado, 2014; e) roda de conversa sobre agrofloresta, 2017.



Fonte: acervo AUÊ! e AMAU.

A AMAU tem um papel fundamental no processo de Caracterização e Mapeamento (CM) das agriculturas na RMBH, atividade que vem se tornando permanente no AUÊ!. No ano de 2013, a articulação construiu uma ficha de “Declaração de

Participação da AMAU” e uma plataforma virtual colaborativa para sistematizar e dar visibilidade ao perfil plural das/os suas/seus integrantes e de outras iniciativas de experiências agrícolas na RMBH. Contudo, a AMAU encontrou alguns obstáculos para operacionalizar a coleta de dados, sistematizar e conceituar as informações.

Essa iniciativa inspirou e orientou a atuação do AUÊ! nos projetos “Metrópole em transição: Implantação do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica/UFMG na Região Metropolitana de Belo Horizonte, MG” e o projeto de extensão “Cultivando Outra Cidade: Experiências e Cartografias Sociais da AMAU”. Além disso, o grupo inseriu-se no processo de Elaboração do Programa Integrado de Macrozoneamento Metropolitano da RMBH (MZ-RMBH). Essas ações criaram as condições para dar início a uma pesquisa empírica em 2014 para o CM das experiências e práticas agrícolas como um todo na RMBH³⁴. Além da AMAU, esse esforço também conta diferentes parceiros a, como a REDE, a EMATER, o Grupo Colméia Solidária - FACE/UFMG e Rede Urbana de Agroecologia - R.U.A. Metropolitana.

O processo de CM está possibilitando suprir a demanda por mais informações sobre a atividade agrícola na RMBH, já que existe uma ausência de uma sistematização mais completa dos dados dessa atividade, especialmente em regiões metropolitanas.

A CM está em processo de coleta de dados para que se possa compreender quem são os/as agricultores/as na RMBH, como se organizam, quem as/os representa, onde e como produzem. Dessa maneira, acredita-se que é possível construir meios de garantir a manutenção das/os agricultoras/es na região, seja através de políticas públicas e/ou do planejamento urbano.

A metodologia da CM consiste em três instrumentos: um roteiro de questões para compreensão do contexto da agricultura no município (Anexo A); a coleta de

³⁴ A descrição da experiência e as metodologias utilizadas na caracterização e mapeamento realizado pelo AUÊ! estão disponíveis no trabalho “Caracterização e mapeamento das agriculturas na Região Metropolitana de Belo Horizonte” (Ornelas et al, 2017).

informações das experiências agropecuárias³⁵; o georreferenciamento com o uso do software Google Earth. As informações foram “levantadas por bolsistas do AUÊ! em visitas locais, em encontros da AMAU, nas oficinas do MZ-RMBH, em reuniões com técnicos de organizações não governamentais - ONGs e de instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (REDE e EMATER), de secretarias municipais, além de sindicatos e associações de agricultura familiar” (Ornelas et al, 2017, p. 3).

Atualmente, a AMAU tem realizado mutirões agroecológicos e alguns encontros para fortalecer sua auto-organização como, por exemplo, as rodas de conversas e a construção da horta agroflorestal comunitária no Mercado Distrital do bairro Santa Tereza em Belo Horizonte e os mutirões agroflorestais no Assentamento Dom Oriene e na Cabana do Pai Tomás. Destaca-se o projeto Agroecologia na Periferia³⁶, do qual a AMAU é parceira, que tem como objetivo promover a agroecologia em comunidades periféricas, principalmente em ocupações urbanas da RMBH, por meio de oficinas de capacitações, mutirões e intercâmbios com foco na garantia do direito a cidades sustentáveis.

5.2. Rede Urbana de Agroecologia - R.U.A. Metropolitana

Outra experiência recente no processo de politização agroecológica da RMBH tem sido a construção da Rede Urbana de Agroecologia – R.U.A Metropolitana³⁷. A criação da R.U.A Metropolitana aconteceu logo após o “Curso para Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER Agroecologia RMBH”³⁸ realizado em outubro e novembro de 2015 pelo AUÊ! em parceria com a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) e a Empresa Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER- MG). Naquele contexto, foi identificada a necessidade

³⁵ A planilha para coleta de informações foi um desdobramento das fichas de cadastro da AMAU.

³⁶ Mais informações estão disponíveis em: <<https://www.facebook.com/agroecologianaperiferia/>>

³⁷ Mais informações estão disponíveis em: <<https://aueufmg.wordpress.com/rua-rede-urbana-de-agroecologia-metropolitana/>>

³⁸ O curso foi direcionado para técnicas/os de ATER e sua proposta foi construir coletivamente uma visão geral das agriculturas na metrópole e uma proposta de ATER para a RMBH orientada pelos princípios da agroecologia. As informações acerca da metodologia, objetivos e processos educativos que orientaram a construção e o compartilhamento do conhecimento agroecológico do curso foram sistematizadas pelos integrantes do AUÊ! (Ornelas et al, 2017) e estão disponíveis em: <<http://aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/22346>>

de um espaço permanente de encontro e debate entre as organizações, movimentos sociais, órgãos públicos e pesquisadoras/es que participaram do curso para continuar com as discussões e organizar atividades coletivas.

A R.U.A Metropolitana constitui-se, portanto, como um espaço de articulação para estabelecer diálogos horizontais e colaborativo entre a universidade, as organizações da sociedade civil e o poder público com o objetivo de promover uma agenda de agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A rede funciona através de grupo de e-mails e de encontros presenciais mensais. Atualmente fazem parte da R.U.A. mais de 200 pessoas que representam diversos grupos, organizações e instituições (Apêndice A).

Nos anos de 2016 e 2017, a partir do projeto de extensão realizado pelo AUÊ! já mencionado, atuei como bolsista na criação e manutenção da R.U.A. Metropolitana, através da facilitação, organização e sistematização interna dos encontros, relatorias, documentos e fotos.

Dentre as ações e atividades realizadas pela R.U.A. Metropolitana estão: diálogo e a aproximação de diversos atores e organizações de diferentes áreas; a troca de conhecimentos e experiências; organização coletiva de ações e eventos diversos sobre a temática da agricultura e agroecologia na RMBH; mobilização social, parcerias na construção de projetos para acessar editais e chamadas de financiamento; discussão de leis e projetos de leis sobre agricultura; dentre outras.

Figura 3. Ações da Rede Urbana de Agroecologia Metropolitana - R.U.A. Metropolitana: a) participação de integrantes da R.U.A. na plenária da Articulação Nacional de Agroecologia, 2017; b) roda de conversa sobre agroecologia e construção social de mercados na RMBH; c) cartaz de divulgação da roda de conversa sobre Sistemas Participativos de Garantia, 2017; d) cartaz de divulgação do evento “Diálogos Metropolitanos - Agricultura na RMBH, Panorama e Perspectivas”, 2016; e) encontro para construção da caravana agroecológica, 2016.



Fonte: Acervo AUÊ!.

Destaca-se a organização coletiva do evento “Diálogos Metropolitanos - Agricultura na RMBH, Panorama e Perspectivas”³⁹, em junho 2016, e a VI Conferência Metropolitana⁴⁰, em novembro de 2017, ambas realizadas pela Agência de Desenvolvimento da RMBH. Esses eventos ampliaram o processo de reconhecimento institucional das atividades agrícolas na RMBH.

³⁹ Diálogos Metropolitanos - Agricultura na RMBH, Panorama e Perspectivas. Junho 2016. Disponível em: <<http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/evento/dialogos-metropolitanos-junho-2016/>>. Acesso em: 27 de novembro de 2017.

⁴⁰ VI Conferência Metropolitana da RMBH. Novembro de 2017. Disponível em: <<http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/vi-conferencia-metropolitana-da-rmbh/>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2017.

Outro processo que está em curso na RMBH é a revisão dos planos diretores de 11 municípios, assessorados pela UFMG. A partir do Estatuto da Metrópole, os municípios metropolitanos precisam fazer ou rever seu planejamento local em diálogo com o planejamento metropolitano, no caso da RMBH, com o PDDI e o MZ-RMBH. Nesse contexto, a R.U.A. tem se constituído como mais um espaço para discutir a incorporação da agricultura urbana e da agroecologia nas propostas de SAN, além das instâncias de planejamento - os grupos locais, as audiências públicas e a equipe técnica.

Recentemente, a R.U.A. participou da organização do ERÊ - Encontro Regional Sudeste de Agroecologia que aconteceu em Belo Horizonte nos dias 05 a 08 de outubro. A proposta do ERÊ foi iniciar a mobilização para o Encontro Nacional de Agroecologia em 2018⁴¹, através de visitas⁴² às experiências de agricultura na RMBH, promoção de feiras e atividades para possibilitar a troca de conhecimento entres os estados do sudeste. Além disso, o evento ocorreu em parceria e confluência com o Festival Estadual de Arte e Cultura da Reforma Agrária, realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Atualmente, tem centralidade nos debates da R.U.A. a criação de um plano de ação integrada e intersetorial de agroecologia na RMBH a partir da construção do Sistema Participativo de Garantia⁴³, denominado SPG Metropolitano. A proposta é certificar a produção agroecológica e orgânica através de coletivos de agricultoras/es juntamente com outros atores sociais locais, tendo como princípio o controle social e a responsabilidade solidária. De acordo com Radomsky (2009), para além de um possível selo de certificação, esse sistema participativo de garantia permite o

⁴¹ O lema do IV ENA é “Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade” e tem como um dos objetivos favorecer as conexões entre as experiências agroecológicas do campo com a cidade e na cidade articulando com as lutas de organizações urbanas pelo direito à cidade.

⁴² Uma das contribuições da R.U.A. foi a escolha das experiências visitadas durante o ERÊ. Essa atividade foi inspirada na metodologia da Caravana Agroecológica que tem o objetivo de identificar e conhecer as experiências de agroecologia a partir de rotas e visitas itinerantes, promovendo uma troca de saberes entre as/os participantes e evidenciando as potencialidades e desafios enfrentados pelas iniciativas agroecológicas.

⁴³ Mecanismos de garantia que integram o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG/MAPA), previsto no Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta a Lei nº 10.831 sobre a agricultura orgânica.

compartilhamento de saberes e práticas, a troca de sementes e os produtos em relações de reciprocidade.

A construção do SPG Metropolitano está ocorrendo conjuntamente com a Feira Agroecológica, Popular e Solidária da UFMG⁴⁴ e com a Campanha Metropolitana Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Até então, foram organizados três eventos: duas rodas de conversas, uma sobre “Agroecologia e Construção Social de Mercados na RMBH” e a outra sobre “Sistema Participativo de Garantia”; e um evento em parceria com a EMATER para formação das/os técnicas de ATER. Atualmente, está previsto um processo de reconhecimento e mobilização das/os agricultoras/es interessadas/os em participar do SPG Metropolitano.

5.3. Desafios e Possibilidades

As ações da AMAU e da R.U.A. Metropolitana, bem como das diversas organizações agroecológicas, indicam a possibilidade de construção de uma cidadania socioambiental e de maior participação nos processos de gestão das políticas públicas, impondo a necessidade de novos modelos de gestão que “comportem a interação de estruturas descentralizadas e modalidades inovadoras de parcerias entre entes estatais e organizações empresariais ou sociais” (Fleury e Ouverney, 2007, p. 9).

De acordo com Fleury (2005), as redes podem ser compreendidas como uma estrutura reticular que envolve diferentes atores e organizações vinculados entre si a partir do estabelecimento e manutenção de objetivos comuns. O poder nas redes é compartilhado e as relações horizontalizadas, permitindo acesso diferenciado a recursos de poder, simbólicos, materiais ou informacionais. Nesse sentido:

“A multiplicidade de atores sociais influenciando o processo político, seja na decisão, execução ou controle de ações públicas, sinaliza o florescimento de uma sociedade policêntrica onde se organizam distintos núcleos articuladores, os quais, por sua vez, tendem a alterar os nexos verticais entre Estado e sociedade - baseados na regulação e subordinação -,

⁴⁴ A feira iniciou-se em outubro de 2017 com a parceria entre o AUÊ!, o grupo Colméia Solidária da Faculdade de Ciências Econômicas e o Departamento de Gestão Ambiental da Pró Reitoria de Administração. A proposta da feira é apoiar a construção social de mercados com a certificação participativa da produção de alimentos agroecológicos na RMBH.

visando relações mais horizontais que privilegiam a diversidade e o diálogo” (Fleury e Ouverney, 2007, p. 12).

As ações da AMAU, iniciadas em 2004, são bastante inovadoras e sua trajetória apresenta diversas contribuições para o debate campo-cidade e a construção de demandas para as políticas públicas. Os encontros e atividades da AMAU reforçam o trabalho de base na perspectiva da educação popular e sua atuação está mais próxima das/os agricultoras/es, permitindo o compartilhamento de saberes e práticas e a troca de sementes. Contudo, a articulação conta basicamente com o trabalho voluntário das pessoas que integram os grupos e organizações que a compõem e estes, por sua vez, não contam com muita infraestrutura ou apoio de políticas. Nesse sentido, as limitações de recursos humanos e financeiros repercutem na dificuldade de mobilização e organização dos encontros, bem como no seu processo de auto-organização.

Já a R.U.A. Metropolitana apresenta um arranjo mais institucional e sua dinâmica está permitindo a aproximação de órgãos públicos nos âmbitos legislativo e executivo e nos três níveis federativos. Também está propiciando o encontro entre as organizações da sociedade civil, as instituições públicas e alguns movimentos sociais que historicamente não dialogavam, mas que atuam na mesma área. Neste contexto:

“O pluralismo político permeia a composição da esfera pública na atualidade, transformando os nexos entre Estado e sociedade por meio dos quais as organizações sociais buscam simultaneamente preservar a sua autonomia e se inserir nas estruturas políticas de governo. Esse desafio implica a instituição de espaços de negociação, para além do mero jogo de interesses, de modo que possam os atores negociar uma interpretação da realidade e uma conduta apropriada para resolução de problemas coletivos” (Fleury e Ouverney, 2007, p. 12)

A utilização das tecnologias de informática, através dos grupos de e-mail, tem permitido à R.U.A. manter um constante fluxo de informações e mobilizações, “redimensionando os territórios de influência e de ação e comunicando-se em tempo real” (Fleury e Ouverney, 2007, p. 22). Contudo, essa ferramenta é bastante restrita, principalmente para o envolvimento das/os agricultoras/es, configurando um dos principais desafios da R.U.A.

É importante pontuar que a participação de órgãos públicos que possuem mais infraestrutura e recursos humanos e financeiros, possibilita a concretização e a repercussão das atividades propostas pelo coletivo - ainda que essas atividades não sejam, efetivamente, políticas públicas e também não supram a necessidade de políticas de estado. Além disso, as pessoas que representam as instituições públicas e que prezam pela supremacia do interesse público e pela justiça social, por vezes, tem o potencial de colocar em prática as políticas públicas que ainda estão no papel.

Nesse sentido, a AMAU e a R.U.A. apresentam atuações e frentes distintas, uma mais popular e a outra mais institucional, respectivamente. Porém, esses papéis se complementam e podem fortalecer as ações agroecológicas e permitir a construção de políticas públicas específicas na RMBH. É preciso levar em conta também a sustentabilidade dessas organizações, visto que a AMAU apresenta menos recursos, necessitando encontrar formas de financiamento, seja através recursos públicos ou mobilizando recurso da sociedade civil.

Alguns desafios percebidos a partir do projeto de extensão do AUÊ com as organizações também são apontados por Fleury e Ouverney:

o processo de negociação e geração de consensos pode ser demasiado lento, retardando a solução de problemas que requerem ação imediata; a dinâmica flexível pode terminar afastando os participantes dos objetivos iniciais ou mesmo comprometer a ação da rede pela deserção de alguns atores em momentos cruciais; os critérios para participação na rede não são explícitos nem universais, o que pode levar à marginalização de grupos, instituições, pessoas e mesmo regiões (p. 26, 2007)

Outro desafio comum é a fragilidade na mobilização e o desconhecimento sobre as organizações de base das/os agricultoras/es (sindicatos, associações e cooperativas), demandando a criação de estratégias tanto de comunicação popular como de criação de mais organizações de base para ampliar o debate agroecológico na RMBH.

É interessante ressaltar que a AMAU e R.U.A. Metropolitana apresentam processos semelhantes das demais organizações sociais de agricultura urbana na esfera nacional, conforme pontuado por Almeida (2016):

a trajetória de institucionalização da agricultura urbana no âmbito governamental tem interfaces com as dinâmicas de organização social, em

um movimento de retroalimentação. As ações desenvolvidas local ou regionalmente tendem a se conectar e buscar canais de expressão coletiva para fortalecer a temática da agricultura urbana na agenda do governo nacional. Por outro lado, as ações promovidas pelo governo provocam novos processos locais ou regionais ou interferem em processos já em curso (p. 105).

A ação do CONSEA-MG possibilitou a criação da AMAU que, por sua vez, conectou e buscou canais de expressão coletiva, repercutindo na criação do AUÊ! e em projetos para o seu fortalecimento. Após financiamento do projeto de implantação do NEA no âmbito da PNAPO, o AUÊ! organizou o “Curso para ATER Agroecologia RMBH” que permitiu a criação da R.U.A. Metropolitana.

Diferente do observado na esfera nacional, na RMBH, a cooperação da universidade apresenta-se como um terceiro ator nesse processo de retroalimentação e tem possibilitado: ampliar o debate a respeito da agroecologia em contextos urbanos; acumular dados e informações sobre as agriculturas; e criar metodologias participativas para transformação das questões socioambientais da RMBH. Ademais, as ciências sociais cumprem um papel importante de destacar o discurso político emancipatório da agroecologia, já que muitos estudos priorizam a discussão sobre a técnica de produção contra hegemônica (De’Carli., 2013)

Dessa forma, os encontros, cursos, mutirões, feiras e ferramentas construídas coletivamente - entre a sociedade civil, a universidade e o poder público - são fundamentais para o fortalecimento das/os agricultoras/res e para promoção de sistemas agroalimentares saudáveis.

A metodologia de caracterização e mapeamento, iniciada pela AMAU e aprimorada pelo AUÊ! e demais parceiros, tem se configurado como um instrumento fundamental para a gestão pública. Essa metodologia está permitindo acumular dados e sistematizar as informações sobre as agriculturas na RMBH. Entre 2014 e 2017 a partir das informações da AMAU, do processo do MZ-RMBH e da revisão dos planos diretores municipais foram identificadas 786 experiências e práticas agrícolas, contemplando 25 dos 34 municípios da RMBH.

Na análise inicial das experiências levantadas, foram categorizadas diversas atividades agrícolas na RMBH: agricultura familiar; quintal, laje e produção em pequenos espaços; ocupações urbanas; acampamentos e assentamentos da reforma agrária; hortas comunitárias; hortas institucionais; hortas independentes; sítios e chácaras. É importante ressaltar que essa análise não é uma proposição fechada com variáveis e parâmetros rigidamente definidos e que estão em processo de construção (Ornelas et al, 2017, p. 4).

Atualmente, a atividade de caracterização e mapeamento incorporou a dinâmica da Revisão dos Planos Diretores de 11 municípios⁴⁵ da RMBH. Esse processo tem permitido identificar diferenças nas questões institucionais, técnicas e de gestão entre os municípios. Muitos não apresentam nenhuma secretaria ou órgão público específico de agricultura, apenas a EMATER que é representada por um/a técnico/a local.

Além disso, alguns municípios da RMBH são reconhecidos por sua especialização na produção agropecuária, predominando sistemas de cultivos convencionais, associados à lógica de produção mercantil e industrial. Essas práticas podem causar contaminação dos recursos hídricos, o aumento da erosão do solo e do assoreamento dos cursos d'água (UFMG, 2014). Ademais, o uso de agrotóxicos impacta a saúde das/os consumidoras/es e das/os agricultoras/es devido à contaminação ocupacional, além da degradação ambiental.

O contato com gestores e agricultores, vinculados a associações, de alguns municípios da RMBH, possibilitou identificar a percepção de que o uso “controlado” dos agrotóxicos não causa impacto ao meio ambiente e à saúde. Ademais, essas pessoas não tinham conhecimento sobre a agroecologia, apenas sobre a produção orgânica que está relacionada a uma visão restrita sobre a necessidade de certificação e a maiores custos na produção.

⁴⁵ Os municípios são: Baldim; Caeté; Capim Branco; Itatiaiuçu; Juatuba; Mateus Leme; Nova União; Rio Manso; São Joaquim de Bicas; Sarzedo; e Vespasiano.

Muitos municípios não têm feiras locais e os produtos são comercializados, predominantemente, na CEASAMINAS, além da presença dos atravessadores que compram e revendem os produtos, diminuindo o lucro das/os agricultoras/es. Essa lógica de comercialização muitas vezes duplica o deslocamento dos alimentos que são direcionados para a CEASAMINAS para depois retornar para o próprio município que o produziu.

Um dos maiores problemas para a produção agrícola, ressaltado por esses atores locais, é a falta de água. Alguns associaram a escassez de água à falta de chuva, ao uso desordenado ou ao desmatamento. Contudo, é importante ressaltar a presença da atividade minerária em alguns municípios da RMBH, promovendo alterações nas condições ambientais locais e ameaçando a segurança hídrica.

Em relação às políticas públicas, alguns agricultores informaram que não acessam a política de crédito do PRONAF, pois não querem arriscar a possibilidade de endividamento. Essa informação mostra a necessidade de estudos sobre as políticas públicas relacionadas à agricultura nos municípios da RMBH, bem como a sua articulação com políticas ambientais, sociais, dentre outras. É interessante entender também se existe alguma articulação intermunicipal através de projetos ou programas para o fortalecimento da atividade agrícola.

Esse levantamento inicial, realizado nas visitas de campo e em contato com atores locais, indica a necessidade de aprofundar no reconhecimento regional e na compreensão das dimensões culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais que envolvem a prática agrícola na RMBH. Apontam também que as ações da AMAU e da R.U.A. ainda não chegaram nesses municípios periféricos, demonstrando a importância de descentralizar essa atuação, que muitas vezes ocorre em municípios próximos a Belo Horizonte, e ampliar o debate sobre agroecologia. Outra questão é a necessidade de estudar qual foi a efetividade do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) nesses municípios.

Em suma, as articulações e as redes de agroecologia, na perspectiva societária e mobilizadora, apresentam-se como espaços de fortalecimento do debate acerca do uso e ocupação do solo de maneira sustentável no conjunto do território municipal, bem como acerca das questões inerentes ao planejamento metropolitano e as políticas públicas necessárias para a promoção da agroecologia.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências da AMAU e da R.U.A. Metropolitana orientam-se para a construção de espaços-utopias na metrópole e permitem refletir sobre os aspectos políticos da agroecologia, para além da reflexão predominantemente técnica ou econômica. As articulações e redes de agroecologia no contexto metropolitano apontam o discurso político da agroecologia como “mais uma via de denúncia e transformação das desigualdades sociais, como a concentração e privatização de terras nas cidades e a hegemonia de corporações nacionais e internacionais no sistema agroalimentar atual, entre outras questões” (Almeida, 2016, p.379).

Ademais, essas articulações e redes aprofundam o debate político sobre as dicotomias campo-cidade e rural-urbano no contexto metropolitano, possibilitando uma aproximação dos “grupos que lutam pelo direito à terra, ao trabalho e ao descanso, à cultura, à infraestrutura e serviços; bem como os que lutam pelo reconhecimento de seus modos de vida e saberes, sejam eles moradores de áreas urbanas ou rurais” (Costa, Santos, Costa, 2013, p. 117). Essa perspectiva também permite ampliar o debate crítico sobre a agricultura urbana e proporcionar uma maior interlocução entre o trabalho intelectual e político de representantes de experiências populares, gestores públicos e pesquisadoras/es. De acordo com Almeida (2016), essa aproximação da agricultura urbana com a agroecologia possibilita pensar uma agroecologia urbana, ou seja:

As centralidades estabelecidas pelas cidades propiciam o encontro, as trocas, a criação coletiva e podem ressignificar a agricultura como uma ação política pelo direito de participar na construção dos espaços metropolitanos como um bem comum, uma possibilidade de se repensar as cidades e a sociabilidade urbana. Já as ruralidades metropolitanas (e práticas agrícolas associadas) que resistem ao processo de modernização são indicativos de outras lógicas de produção e reprodução que diferem da homogeneização de espaços e modos de vida resultantes do modo de produção capitalista (Almeida, 2016, p. 376).

Desta forma, envolvem múltiplas possibilidades de alternativas de enfrentamento rumo à emancipação social e política que valorizem as diversidades e especificidades culturais, econômicas, históricas e políticas dos povos, ou seja, um (des)envolvimento que “privilegia a coletividade e a solidariedade, a complementaridade e a complexidade, a diversidade e a comunhão, entre outros pares de conceitos que vêm sendo hoje resgatados e reafirmados como

virtualidades e perspectivas, dão novo sentido à urbanização extensiva e intensiva dos nossos dias” (Monte-Mór, 2015, p. 58).

O processo de planejamento metropolitano na RMBH vem apresentando avanços com a incorporação de propostas e estratégias que envolvem a dimensão socioambiental e o estímulo ao fortalecimento e/ou criação de centralidades sub-regionais. Usualmente, os planos diretores municipais da RMBH não incorporam ou apenas citam em “objetivos gerais” as questões relativas às áreas e aos usos rurais, bem como ao fortalecimento da atividade agrícola de base/agroecológica. Porém, em ambos os casos, a existência de planos não garante a sua execução e a incorporação da questão agrícola no planejamento, também não garante a promoção da agroecologia, pelo contrário, pode estimular a promoção da agricultura convencional e capitalista.

O relatório do PDDI sobre as propostas de políticas setoriais, projetos e investimentos prioritários fez um esforço de identificar o quadro institucional relacionado à SAN na RMBH, bem como as possibilidades/indicativos de interinstitucionalidade, articulações interfederativas e com a sociedade civil na perspectiva de uma gestão metropolitana desconcentrada e cooperativa. Contudo, é necessário vontade política municipal e estadual para instituir mecanismos constitucionais que induzam a cooperação e estimulem a coordenação, além de utilizar alguns instrumentos como o convênio e o consórcio. Outra questão importante é identificar as instituições que tenham competências para articular essas políticas agrícolas na RMBH e para coordenação interinstitucional da PMISAN, além de uma estratégia de gestão e organização local através de redes horizontais de atores e agentes políticos, cooperando com diferentes papéis e ferramentas complementares.

Nesse sentido, é necessário um conjunto articulado de medidas e estratégias de atuação interinstitucional para a implementação das políticas na direção da agroecologia, tais como, a regularização fundiária articulada a propostas mais progressistas que incorporem a agricultura nas áreas rurais e urbanas; o fortalecimento das experiências agrícolas existentes através de políticas públicas

com orçamento garantido; provisão de infraestruturas urbanas e serviços por meio de investimentos públicos; promoção de feiras locais e da economia popular e solidária; programas de redução de agrotóxicos; dentre outras.

Em relação a proteção e (des)envolvimento ambiental, o MZ-RMBH propôs a estruturação do território metropolitano a partir da Trama Verde-Azul (TVA), um elemento que propõe conectar uma rede de áreas verdes e cursos d'água em diferentes escalas, incentivo à ampliação da produção agroecológica e a à transição da produção agrícola regional (Almeida, Melgaço, 2015, p. 4).

Em suma, a sensibilização da sociedade e a responsabilização e atuação mais ativa do Estado para promover o (des)envolvimento com envolvimento das questões sociais, ambientais, territoriais e alimentares, requer a articulação de redes de forma estratégica e estruturada e a promoção da informação e do conhecimento social crítico sobre a produção agrícola de base agroecológica. É importante ressaltar as múltiplas funcionalidades da agroecologia em contextos metropolitanos como indicado na carta política da AMAU (2015):

As diversas atividades da agroecologia permeiam outros setores da sociedade desempenhando funções diversas. Dentre tantas outras atividades que geram alimento, trabalho e renda, a agricultura passa pelo reaproveitamento de resíduos na produção de adubos naturais, pela jardinagem, poda e limpeza urbana, pela preservação de nascentes e APPs, pela recuperação de áreas degradadas e de risco, pela arborização e permeabilidade do solo, pelas farmácias vivas (plantas medicinais) e pelos viveiros de mudas, pelas hortas escolares e pedagógicas, pela criação de animais como galinhas, codornas, porcos, gado e coelhos. Ressalta-se, diante da importância da função social e ambiental das práticas agrícolas na cidade e no campo, que é fundamental o apoio do poder público para o avanço e consolidação das experiências em agroecologia na RMBH. Governo, setor privado e sociedade civil devem se organizar para construir políticas públicas de apoio e fomento à produção e comercialização de alimentos agroecológicos (AMAU, 2015, p.20)

Para promover a agroecologia na perspectiva da soberania alimentar nas regiões metropolitanas é necessário superar a lógica urbano-industrial. Atualmente, o Brasil enfrenta uma grande crise política e institucional com ampliação da agenda neoliberal, reduzindo direitos da população trabalhadora e aumentando a desigualdade social. Além disso, é necessária uma mudança de paradigma no interior do Estado, visto que suas instituições, estruturas e normativas estão orientadas para a lógica da agricultura convencional e capitalista.

Nesse contexto, as articulações e redes de agroecologia são fundamentais para o fortalecimento das experiências locais e regionais e das lutas sociais e políticas. Torna-se necessário criar estratégias para aproximar e dialogar com outros grupos, coletivos, organizações de base, movimentos sociais com foco no protagonismo das/os agricultoras/es. Além de outras conexões potentes, tratando-se das especificidades e da diversidade dos sujeitos metropolitanos e das questões como: educação, juventudes, alimentação saudável, direito à cidade, água, resíduos orgânicos e outras. Considerar o urbano-utopia e sua realização enquanto processo sócio político na produção do espaço metropolitano possibilita construir as bases para a solidariedade, a coletividade e a valorização da diversidade e da vida em todas suas formas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABA. Associação Brasileira de Agroecologia. *Aspectos Conceituais sobre a Agroecologia*. 2017. Disponível em: http://agroecologia2017.com/ASPECTOS_CONCEITUAIS_SOBRE_AGROECOLOGIA.pdf Acesso em: 11 de outubro de 2017.

ABRUCIO, Fernando Luiz. Para além da descentralização: os desafios da Coordenação Federativa no Brasil In: FLEURY, Sonia. *Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 77-125.

ABRUCIO, Fernando; FRANZESE, Cibele. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. In: ARAÚJO, Maria; BEIRA, Lígia (Orgs.). *Tópicos da Economia Paulista para Gestores Públicos*. São Paulo: Fundap. p. 13-31, 2007.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. *Isto e Aquilo - agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Tese. Belo Horizonte; Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. BIAZOTI, André Ruoppolo. Urban Agroecology: For the city, in the city and from the city!. *Urban Agriculture Magazine*, n. 33, Maiden Issue, November 2017. Leusden, RUAF. Disponível em: <http://www.ruaf.org/sites/default/files/RUAF-UAM%2033_WEB_13-14.pdf>, Acesso em: 19 de novembro de 2017.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; BIAZOTI, André Ruoppolo; *Agriculturas urbanas: agroecologia para a cidade, na cidade e da cidade!*. VI Congresso Latino-americano de Agroecologia, X Congresso Brasileiro de Agroecologia, V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. 2017.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: possibilidades de uma práxis espacial?. *Cadernos de estudos culturais*, Campo Grande, MS, v. 4, n. 8, p. 61 – 78, jul./dez. 2012.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; MARQUES, Luisa Melgaço Ferreira Jorge; MOURA, Danielle Alves de Lima Ribeiro; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Buscando uma demografia da agricultura urbana na RMBH: primeiras aproximações. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais: População, governança e bem-estar, 2014, São Pedro. *Anais...*, Campinas, 2014. Disponível em: <http://ptdocz.com/doc/177289/buscando-uma-demografia-da-agricultura-urbana-na-rmbh>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; MELGAÇO, Luísa. Agroecologia, agricultura urbana e planejamento metropolitano: conexões possíveis para uma reestruturação territorial da RMBH. *Cadernos de Agroecologia*, v. 10, n. 3, out. 2015.

AMAU. Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana. *Carta Política – 10 anos*. 2015. Disponível em: <<https://aueufmg.wordpress.com/carta-politica-articulacao-metropolitana-de-agricultura-urbana-amau/>> Acesso em: 13 de novembro 2017.

AMAU. Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana. *Agricultura e Agroecologia no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PDDI*. 2010.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR.

BIANCHINI, Valter. MEDAETS, Jean Pierre Passos. Da Revolução Verde à Agroecologia: Plano Brasil Agroecológico. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasil. 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_195/Brasil%20Agroecol%C3%B3gico%2027-11-

13%20Artigo%20Bianchini%20e%20Jean%20Pierre.pdf> Acesso em: 24 de novembro de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal 11.326/2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília: Planalto, 2012b.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências – Estatuto da Cidade. Brasília: Diário Oficial da União, 11 de jul. 2001.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Diário Oficial da União, 25 de jul. 2006.

BRASIL - Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm>. Acesso em: 12 de novembro de 2017.

BRASIL - Presidência da República/Casa Civil. Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012.

BRASIL. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. 2006. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>> Acesso em: 11 de outubro de 2017.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; CAMPOS, Rosana Soares. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, v. 11, n. 245, ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24568.htm>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. *Agroecología*, v. 6, p. 63-74, 2012. Disponível em < <http://revistas.um.es/agroecologia/article/view/160681/140551>>. Acesso em: 21 de novembro de 2017.

CARNEIRO, Fernando F. et al. (Orgs.). *Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Novidades e permanências na produção do espaço da metrópole: um olhar a partir de Belo Horizonte. In: OLIVEIRA, Fabrício L.; CARDOSO, Adauto L.; COSTA, Heloisa S.M.; VAINER, Carlos B. (Orgs.). *Grandes projetos metropolitanos*. Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, p. 46-65.

COSTA, Geraldo Magela. SANTOS, Reinaldo Onofre dos Santos. COSTA, Heloisa Soares de Moura Costa. Reflexões metodológicas sobre a relação rural-urbano a partir da teoria e de evidências socioespacial da RMBH. *Geografias*. UFMG. Belo Horizonte. v. 9, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geografias/article/view/595>> Acesso em: 20 de novembro de 2017.

COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. *Geografias*, v. 13, p. 81-97, 2011.

CNAU. *Carta do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana apresentada no III ENA. Coletivo Nacional de Agricultura Urbana*. Rio de Janeiro: CNAU, 2014. Disponível

em: <https://aueufmg.files.wordpress.com/2016/07/carta-coletivo-nacional-agricultura-urbanaiii-ena-2014.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

CNAU. *Carta Política do Primeiro Encontro Nacional de Agricultura Urbana – ENAU. Coletivo Nacional de Agricultura Urbana*. Rio de Janeiro: CNAU, 2015. Disponível em: <https://aueufmg.files.wordpress.com/2016/07/carta-politica-ena-2014.pdf>, Acesso em: 20 de novembro de 2016.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, v.5, p. 137-161, 2004.

DE'CARLI, Caetano. O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 100 | 2013. Disponível em: <http://rccs.revues.org/5245>. Acesso em: 03 de dezembro de 2017.

DIONNE, Hugues. *A Pesquisa-Ação para o desenvolvimento local*. Trad. Michael Thiollent. Brasília: Liber, 2007.

DUPUY, Jean-Pierre. *Introdução à crítica da Ecologia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

FERNANDES, Antonio Sergio Araujo. Gestão Metropolitana no Brasil: a trajetória de evolução institucional. In: *Encontro de Administração Pública e Governo*. ANPAD. Salvador/BA. 2012.

FLEURY, Sonia. Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública. *Administração em Diálogo*, São Paulo, n. 7, p. 77-89, 2005.

FLEURY, Sonia; OUVÉNEY, Assis Mafort. *Gestão de Redes: A Estratégia de Regionalização da Política de Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2007.

GADELHA, Edmar; PELEGRINI, Djalma; SIMÕES, Juliana; GUIMARÃES, Suzana; VENZON, Madelaine. Concepção e estruturas necessárias para a pesquisa e extensão rural pública apoiar a transição agroecológica em Minas Gerais. VI Congresso Latino-americano de Agroecologia, X Congresso Brasileiro de Agroecologia, V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. 2017.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GONÇALVES, Raquel Garcia; MARRA, Natália Cardoso. Regiões Metropolitanas: uma modalidade de gestão desconcentrada e cooperativa. *Revista Políticas Públicas*, São Luís, v.16, n.1, p. 169-177, jan./jun. 2012. Disponível em: <www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=470> Acesso em: 12 de novembro de 2012.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. *A questão metropolitana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

JACOBI, P. Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, v. 25, p.115-34, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri (1968). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.

LEROY, Jean-Pierre. Justiça Ambiental. In *Portal Mapa dos Conflitos Ambientais*. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-LEROY_Jean-Pierre_-_Justiça_Ambiental.pdf> Acesso em: 01 de fevereiro de 2017.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento Urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO,

Ermínia, *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.121-192.

MINAS GERAIS. Lei Complementar nº 88, de 12 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a instituição e a gestão de região metropolitana e sobre o fundo de desenvolvimento metropolitano. Diário do Executivo, Minas Gerais, 13 de jan. 2006.

MONTEIRO Denis; LONDRES, Flavia. Pra que a Vida nos dê Flor e Frutos: Notas sobre a Trajetória do Movimento Agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al (Orgs.). *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: Ipea, 2017.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *O que é o urbano, no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. p.14, 2006.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Orgs.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2015. p. 55-69.

MOURA, Iracema Ferreira de. Antecedentes e Aspectos Fundantes da Agroecologia e da Produção Orgânica na Agenda das Políticas Públicas no Brasil. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al (Orgs.). *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: Ipea, 2017.

OLIVEIRA; André Corrêa de. Políticas Públicas de Agroecologia no Estado de Minas Gerais: uma análise sob a ótica dos paradigmas dicotômicos de Desenvolvimento Agrário. *Fundação João Pinheiro*. Belo Horizonte, 2016.

ORNELAS, Gabriel Mattos et al. Agroecologia na metrópole: construção coletiva de uma agenda de estudos e ações na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Cadernos de Agroecologia*, v. 12, n. 1, jul. 2017. Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/22346>>. Acesso em: 13 de novembro de 2017.

ORNELAS, Gabriel Mattos et al. Caracterização e mapeamento das agriculturas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. VI Congresso Latino-americano de Agroecologia, X Congresso Brasileiro de Agroecologia, V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. 2017.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza; SCHÜTZ, Gabriel Eduardo. Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios. *Ciênc. saúde coletiva*. Rio de Janeiro, v.17, no.6, 2012.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. *Revista IDeAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 133-164, jan./jun. 2009.

SÁ, Rafael Amorim Martins de; CARVALHO, Ana Luíza Sousa; BARBOSA, Ycarim Melgaço; BARSCH, Bruna; ARAUJO FILHO, Alberto Rodrigues de. Estatuto da Metrópole: a governança interfederativa. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, n. 9, maio-agosto, 2017. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193150589004>>_ISSN 2175-3369 Acesso em: 12 de novembro de 2017.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana. *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras*, mimeo, 2007.

SILVA, Lucia Sousa e; TRAVASSOS, Luciana. - Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. *Cadernos Metrópole*. 19 p. 27-47. 2008.

SIMÕES, Patrícia Mara Lage; OLIVEIRA, Cristiane Valéria de. A altera o do uso do solo no município de Ibirité e conseq ncias associadas. *Geografias*. UFMG. Belo Horizonte. 2009. Disponível em: <<http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geografias/article/viewFile/480/352>> Acesso em: 24 de novembro de 2017.

TOMANIK, Raquel. Rural versus urbano: quais são as regras da disputa? Uma discussão a partir da aplica o do artigo 42-B do Estatuto da Cidade em Betim / MG. XVII ENANPUR. *Anais...* São Paulo, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesoes_Tematicas/ST%203/ST%203.13/ST%203.13-05.pdf> Acesso em: 12 de novembro de 2017.

TUPY, Igor S.; ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; MELGAÇO, Luisa. Notas sobre a produ o agrícola na Região Metropolitana de Belo Horizonte: para além da irrelevância, inviabilidade e incompatibilidade. *Cadernos de Agroecologia* - v 10, n. 3, out 2015.

UFMG. *Plano Metropolitanamente / Macrozoneamento da RMBH*. Produto 02. Avalia o das Tendências Recentes da Dinâmica Territorial da RMBH e Identifica o Preliminar das Zonas de Interesse Metropolitanamente. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <www.rmbh.org.br>. Acesso em: 11 de junho de 2017.

UFMG/PUCMINAS/UEMG. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Relatório Final. Defini o das Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários. Belo Horizonte, v. 3, 2011.

VENÂNCIO, Marina Demaria. Panorama das políticas públicas agroecológicas no Brasil. *Cadernos de Agroecologia*, v. 10, n. 3, 2015.

VIEIRA, Flávia Braga. Via Campesina: um projeto contra-hegemônico?. *III Simpósio Lutas Sociais na América Latina*. 2008

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O agricultor familiar no Brasil: um ator social construção do futuro. In: PETERSEN, Paulo (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 33-46.

ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. *Conflitos Ambientais*. Texto analítico. 2010. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI__LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf> Acesso em: 13 de dezembro de 2017.

8. APÊNDICES

A – Integrantes da Rede Urbana de Agroecologia – R.U.A. Metropolitana

Atualmente, as organizações que participam da R.U.A. Metropolitana são: Agência de Desenvolvimento da RMBH, AgroÊ, Agroecologia na Periferia, AMANU, Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana, Assessoria Deputado Federal Padre João, Assessoria do Deputado Federal Patrus Ananias, Assessoria do Vereador Pedro Patrus, AUÊ! – Estudos em Agricultura Urbana/UFMG, Balaio Agroecológico – Universidade Federal de Viçosa/Florestal, BH em Ciclo, Brotos Oficina, Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN/MG, Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Cáritas Brasileira, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES, Centro Municipal de Agricultura Urbana e Familiar – CMAUF/Contagem, Coletivo Margarida Alves, Colmeia Solidária – UFMG, Cooperativa dos Agricultores Familiares de Mateus Leme e Região – COMALE, Comunidade Quilombola - Pinhões/Santa Luzia, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, COPASA, CSA Minas, CUFA - Central Única das Favelas, Departamento de Gestão Ambiental/UFMG, Doces Caseiros. Economia Solidária – Sarzedo. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/MG, Embrapa - Sete Lagoas, Emporium da Roça, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG, Estudantes, Evas - Experimentações Verdes AfetivaS, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG, Filtre Natural, Instituto René Rachou - Fiocruz Minas, Fórum das Juventudes. Fóruns Regionais, Fundação Caio Martins – FUCAM, Fundação João Pinheiro, Grupo Aroeira, Guayi – UFSJ, Laboratório de Solos – UFMG, Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável – INSEA, Instituto Pauline Reichstul – IPR, Kaipora – UEMG, LUMES – UFMG, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB, Movimento Gandarela Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. Multiação, Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais - N'Golo, Associação No Ato, Nossos Quintais, Pesquisadoras/es, Plug Minas, Práticas Integrativas, Projeto Manuelzão, Projeto Refazenda Aiyê, Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas – REDE, Rede Pela Horta, Rede Terra Viva, Secretaria de Ciência e

Tecnologia, Secretária de Estado de Desenvolvimento Agrária – SEDA/MG , Semear Alimentos Orgânicos, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – SEPLAG, Sitio Genesis, Superintendência de Limpeza Urbana – SLU/BH, Subsecretaria Estadual de Agricultura Familiar, Subsecretária de Segurança Alimentar e Nutricional – SUSAN/BH, Turismo – IGC, UFOP, UNICICLA - Nova União e Wylogus.

9. ANEXOS

A - Roteiro de questões para compreensão do contexto agrícola nos municípios da RMBH

1. Tem alguma secretaria, setor ou órgão na prefeitura que "cuida" da agricultura familiar, agricultura urbana no município, tanto na zona rural como urbana?
2. Tem planos setoriais de agricultura ou desenvolvimento rural?
3. Tem alguma organização social, movimento social, grupos comunitários relacionado ao tema? Ex. Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cooperativas, associações, MST, hortas comunitárias, hortas escolares, etc.
4. Tem alguma área específica do município onde ocorrem estas práticas? Distrito, bairro, povoado?
5. Tem experiências de comercialização? Feiras, CEASA, galpão do produtor, etc?
6. Tem experiências de referência na área da agricultura familiar, urbana, orgânica?
7. Tem perímetro urbano definido? Se sim, tem zona rural?
8. O plano diretor prevê ações para a zona rural? Se sim, quais?
9. Há conflitos de uso do solo? Se sim, quais?
10. Existem grandes projetos que impactam a agricultura na região?
11. Que limites e potencialidades existem para a ampliação da agroecologia no município, seja nas zonas rurais, seja nas zonas urbanas.